

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	18
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	114
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	116

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.157.654	3.938.110
1.01	Ativo Circulante	450.844	400.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	98.864	96.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.898	71.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.898	71.041
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	62.898	71.041
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	289.082	232.421
1.01.08.03	Outros	289.082	232.421
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	288.791	231.959
1.01.08.03.03	Outros	291	462
1.02	Ativo Não Circulante	3.706.810	3.537.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.007	101.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	81.799	100.940
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	81.799	100.940
1.02.02	Investimentos	3.621.858	3.433.492
1.02.02.01	Participações Societárias	3.621.858	3.433.492
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	107.846	101.514
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.344.397	3.167.330
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	169.615	164.648
1.02.03	Imobilizado	138	197
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	138	197
1.02.04	Intangível	2.807	2.933
1.02.04.01	Intangíveis	2.807	2.933
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.807	2.933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.157.654	3.938.110
2.01	Passivo Circulante	284.016	236.887
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.266	2.165
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.266	2.165
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.266	2.165
2.01.02	Fornecedores	721	1.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	721	1.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.801	18.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.686	18.818
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	82
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	5.108	8.256
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	6.578	10.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	115	116
2.01.05	Outras Obrigações	269.228	214.286
2.01.05.02	Outros	269.228	214.286
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	267.802	212.754
2.01.05.02.04	Outros	1.279	1.324
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	147	208
2.02	Passivo Não Circulante	9.804	29.944
2.02.04	Provisões	9.804	29.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.475	22.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	163	20.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.607	1.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	705	701
2.02.04.02	Outras Provisões	7.329	7.270
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.329	7.270
2.03	Patrimônio Líquido	3.863.834	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.350.938	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.512	1.958.512
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	77.290	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	192.694	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.160.114	-1.159.975

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	253.494	232.641
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.210	-6.887
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.567	-782
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.106	-935
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	257.243	241.245
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	253.494	232.641
3.06	Resultado Financeiro	-811	-1.618
3.06.01	Receitas Financeiras	-309	-623
3.06.02	Despesas Financeiras	-502	-995
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	252.683	231.023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	988
3.08.01	Corrente	0	70
3.08.02	Diferido	0	918
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	252.683	232.011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	252.683	232.011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	6,1817	5,676
3.99.01.02	PN	6,7999	6,2436
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	6,1817	5,676
3.99.02.02	PN	6,7999	6,2436

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	252.683	232.011
4.03	Resultado Abrangente do Período	252.683	232.011

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.630	-12.605
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-26.621	-13.109
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	252.683	232.011
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	553	391
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de Impostos	-257.243	-241.245
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-1.554	-782
6.01.01.06	Juros Pagos	-4	-8
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-20.596	-2.420
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-460	-68
6.01.01.09	Despesas de imposto de renda e contribuição social	0	-988
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.991	504
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	8.143	9.019
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	21.155	5.070
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	171	174
6.01.02.04	Fornecedores	-781	-848
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	101	186
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-11.753	-13.057
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-45	-40
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.677	9.151
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	11.677	9.151
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61	-68
6.03.02	Dividendos e JSCP Pagos	0	-11
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-61	-57
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.986	-3.522
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.878	56.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	98.864	53.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-60.128	0	-60.128
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.128	0	-60.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.822	-139	252.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.683	0	252.683
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	192.694	-1.160.114	3.863.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-44.125	0	-44.125
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-44.125	0	-44.125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.150	-139	232.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.011	0	232.011
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.866.898	188.025	-1.414.786	3.120.453

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	5.838	5.729
7.01.02	Outras Receitas	5.838	5.729
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.380	-7.774
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.380	-7.774
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.458	-2.045
7.04	Retenções	-553	-391
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-553	-391
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.905	-2.436
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	263.500	245.414
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	257.243	241.245
7.06.02	Receitas Financeiras	6.257	4.169
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	266.405	242.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	266.405	242.978
7.08.01	Pessoal	4.839	4.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.362	4.078
7.08.01.02	Benefícios	222	185
7.08.01.03	F.G.T.S.	255	221
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.398	5.511
7.08.02.01	Federais	7.891	5.026
7.08.02.03	Municipais	507	485
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	485	972
7.08.03.01	Juros	481	972
7.08.03.02	Aluguéis	4	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	252.683	232.011
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	60.128	44.125
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	192.555	187.886

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	13.428.170	13.037.758
1.01	Ativo Circulante	4.261.138	3.898.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	755.323	1.019.482
1.01.03	Contas a Receber	2.734.080	2.238.333
1.01.03.01	Clientes	2.521.822	2.042.983
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	3.059.380	2.525.706
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-537.558	-482.723
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	212.258	195.350
1.01.04	Estoques	21.114	21.432
1.01.06	Tributos a Recuperar	351.499	306.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	351.499	306.698
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	160.457	110.766
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	191.042	195.932
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	399.122	312.325
1.01.08.03	Outros	399.122	312.325
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	19.439	19.039
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	16.682	14.807
1.01.08.03.04	Outros Créditos	207.699	184.422
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	44.361	43.449
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	49.470	49.470
1.01.08.03.09	Ativo Mantido para Venda - Investimento em Coligada	60.333	0
1.02	Ativo Não Circulante	9.167.032	9.139.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.778.444	3.684.457
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	19.581	17.406
1.02.01.04.01	Clientes	6.235	4.491
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	13.346	12.915
1.02.01.07	Tributos Diferidos	603.316	659.034
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	603.316	659.034
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.155.339	3.007.809
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	346.302	368.709
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	391.761	439.879
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.033.848	948.715
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	335.120	329.418
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	152.347	149.731
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.046	0
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	856.915	771.357
1.02.02	Investimentos	335.516	382.859
1.02.02.01	Participações Societárias	335.516	382.859
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	165.901	218.211
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	169.615	164.648
1.02.03	Imobilizado	222.035	210.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	101.073	102.085
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.568	5.303
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	110.394	103.006
1.02.04	Intangível	4.831.037	4.861.778
1.02.04.01	Intangíveis	4.831.037	4.861.778
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.785.968	4.816.147
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	42.262	42.698
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.807	2.933

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	13.428.170	13.037.758
2.01	Passivo Circulante	3.325.916	3.049.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	217.686	217.785
2.01.01.01	Obrigações Sociais	217.686	217.785
2.01.02	Fornecedores	1.010.974	992.713
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.010.974	992.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	380.545	277.397
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	153.612	94.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.202	2.818
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	58.054	54.756
2.01.03.01.03	Outros	27.356	36.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	224.853	180.497
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.080	2.491
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	512.493	416.104
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	308.547	213.853
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	167.119	114.891
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	141.428	98.962
2.01.04.02	Debêntures	203.946	202.251
2.01.05	Outras Obrigações	1.053.293	978.125
2.01.05.02	Outros	1.053.293	978.125
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	267.802	212.754
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	27.718	23.278
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	92.727	70.230
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	425.374	388.599
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	7.473	2.140
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	833	1.149
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	81.897	46.811
2.01.05.02.20	Outros	149.469	233.164
2.01.06	Provisões	150.925	167.661
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.925	167.661
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	150.925	167.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.238.420	6.316.694
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.705.038	3.786.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.696.783	1.765.532
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	486.945	555.694
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.209.838	1.209.838
2.02.01.02	Debêntures	2.008.255	2.021.371
2.02.02	Outras Obrigações	548.968	455.996
2.02.02.02	Outros	548.968	455.996
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	6.649	8.969
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	82.739	78.661
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	141.196	21.400
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	299.493	326.032
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	3.768	3.838
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	17.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.03	Tributos Diferidos	112.239	108.460
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.239	108.460
2.02.04	Provisões	1.872.175	1.965.335
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.803.521	1.828.733
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	27.910	48.935
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	73.153	69.732
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.512.352	1.508.838
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	190.106	201.228
2.02.04.02	Outras Provisões	68.654	136.602
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	64.859	64.129
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	3.795	72.473
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.863.834	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.350.938	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.512	1.958.512
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	77.290	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	192.694	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.160.114	-1.159.975

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.977.531	2.600.515
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.876.839	2.533.609
3.01.02	Receita de Construção	238.349	207.166
3.01.03	Receita Setorial	-151.489	-148.854
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	13.832	8.594
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.356.599	-2.075.462
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-1.883.545	-1.633.257
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-4.544	-3.452
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-230.161	-231.587
3.02.04	Custo de Construção	-238.349	-207.166
3.03	Resultado Bruto	620.932	525.053
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-161.922	-151.368
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.644	-29.528
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.737	-149.864
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-69.255	-28.432
3.04.03.01	Perdas Por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	-69.255	-28.432
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	98.985	108.704
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.242	-67.321
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.971	15.073
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	459.010	373.685
3.06	Resultado Financeiro	-81.265	-49.540
3.06.01	Receitas Financeiras	172.822	86.306
3.06.02	Despesas Financeiras	-254.087	-135.846
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	377.745	324.145
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-125.062	-92.134
3.08.01	Corrente	-65.566	-72.281
3.08.02	Diferido	-59.496	-19.853
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	252.683	232.011
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	252.683	232.011
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	252.683	232.011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	6,1817	5,676
3.99.01.02	PN	6,7999	6,2436
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	6,1817	5,676
3.99.02.02	PN	6,7999	6,2436

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	252.683	232.011
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	252.683	232.011
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	252.683	232.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.200	238.982
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	441.644	456.876
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	252.683	232.011
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	91.200	83.779
6.01.01.03	Perda com baixa de Ativo imobilizado/Intangível	22.948	19.352
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-16.971	-15.073
6.01.01.05	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-13.832	-8.594
6.01.01.06	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.485	141
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias	156.207	109.586
6.01.01.10	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-102.230	12.488
6.01.01.11	Provisão para Benefícios a Empregados	36.563	33.889
6.01.01.12	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	92	47
6.01.01.13	Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	125.062	92.134
6.01.01.15	Atualização/ Juros Retorno/ Bonificação de Outorga/ Ind. Proj. Usina Pery	-26.048	-21.944
6.01.01.16	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	69.255	28.432
6.01.01.17	Juros Pagos	-87.961	-50.340
6.01.01.18	IR e CSLL Pagos	-55.019	-59.032
6.01.01.19	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	-11.790	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-410.444	-217.894
6.01.02.01	Contas a Receber	-566.038	-138.424
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-20.158	-24.115
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	55.744	-2.224
6.01.02.04	Estoques	318	2.067
6.01.02.05	Ativos Financeiros - (Setorial, Bonificação de Outorga, Ind. Proj. Básico Us Pery)	197.379	105.931
6.01.02.09	Outras Variações nos Ativo	-24.414	-5.912
6.01.02.10	Fornecedores	18.261	-156.558
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-2.419	-12.351
6.01.02.12	Tributos a recolher	83.312	102.608
6.01.02.13	Passivo Financeiro Setorial	-24.390	-7.057
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	6.221	-1.459
6.01.02.15	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-464	-33.947
6.01.02.17	Benefícios a Empregados	-49.785	-64.556
6.01.02.18	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-316	13
6.01.02.19	Outras Variações Passivo	-83.695	18.090
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-243.999	-223.305
6.02.01	Adições Ativo Contrato	-238.349	-207.166
6.02.02	Adições Ativo Imobilizado	-7.388	-17.996
6.02.05	Dividendos Recebidos	1.738	1.857
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.360	-41.436
6.03.01	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-2.117	-2.720
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-218	-333
6.03.05	Pagamento de Dividendos e JSCP	0	-11

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.03.06	Amortização de Derivativos	-10.653	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-38.372	-38.372
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-264.159	-25.759
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.019.482	906.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	755.323	880.437

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-60.128	0	-60.128	0	-60.128
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.128	0	-60.128	0	-60.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.822	-139	252.683	0	252.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.683	0	252.683	0	252.683
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	192.694	-1.160.114	3.863.834	0	3.863.834

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-44.125	0	-44.125	0	-44.125
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-44.125	0	-44.125	0	-44.125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.150	-139	232.011	0	232.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.011	0	232.011	0	232.011
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	139	-139	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.866.898	188.025	-1.414.786	3.120.453	0	3.120.453

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	4.678.234	4.200.969
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.392.608	3.913.416
7.01.02	Outras Receitas	109.144	126.815
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	245.737	189.170
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-69.255	-28.432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.419.266	-2.149.861
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.076.057	-1.793.835
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-343.209	-356.026
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.258.968	2.051.108
7.04	Retenções	-91.291	-83.827
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.291	-83.827
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.167.677	1.967.281
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	201.126	110.509
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.971	15.073
7.06.02	Receitas Financeiras	183.851	95.336
7.06.03	Outros	304	100
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.368.803	2.077.790
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.368.803	2.077.790
7.08.01	Pessoal	228.017	205.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	143.554	128.683
7.08.01.02	Benefícios	75.721	68.088
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.742	8.536
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.635.778	1.493.516
7.08.02.01	Federais	958.263	888.672
7.08.02.02	Estaduais	674.315	601.683
7.08.02.03	Municipais	3.200	3.161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	252.325	146.956
7.08.03.01	Juros	249.497	144.987
7.08.03.02	Aluguéis	2.828	1.969
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	252.683	232.011
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	60.128	44.125
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	192.555	187.886

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****1. INVESTIMENTOS**

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas no período de janeiro a março de 2025, chegaram a R\$322,9 milhões, avançando 13,31% em relação aos R\$284,9 milhões investidos no mesmo período de 2024, evidenciados no quadro a seguir:

	Consolidado				
Descrição	31.03.2025		31.03.2025		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	288.676	97,50	266.984	93,69	8,12%
Recursos Próprios	238.349	-	207.166	-	-
Participação Financeira do Consumidor	50.327	-	59.818	-	-
Geração de Energia Elétrica	7.388	2,50	17.996	6,31	90,29%
Parque Gerador Próprio	7.388	-	17.996	-	-
Total	296.064	100,00	284.980	100,00	3,89%

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume, R\$288,7 milhões, foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$238,4 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$223,3 milhões em materiais e serviços, R\$15,1 milhões em mão de obra própria) e R\$50,3 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no primeiro trimestre de 2025, pela Celesc G:

- R\$2,6 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico kit 1MW e montagens elétricas da UFV IX;
- R\$2,5 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico Kit 1MW e montagens elétricas da UFV VIII;
- R\$1,5 milhão foram alocados na mobilização e canteiro de obras da usina Garcia;
- R\$193 mil foram gastos com dragagem e limpeza da represa e congêneres e projeto executivo civil da usina Palmeiras;
- R\$139 mil foram aplicados no serviço de unitização e imobilização de ativos, mão de obra, manutenção corretiva da usina Maruim.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2025 com valorização de 8,29%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 10,10% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 1,39% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram desvalorização de 1,14%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2025 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Comentário do Desempenho

Descrição	Fechamento		Variação %*
	31.03.2025	1º TRI 2025	
Celesc PN	80,00**	1,39%	28,63%
Celesc ON	74,52**	-1,14%	24,32%
IBOVESPA	130.260	8,29%	1,68%
IEE	85.280	10,10%	-3,81%

*Variações percentuais com ajuste a proventos

**Valores em R\$ (reais).

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2025, conforme demonstrado acima, são: R\$80,00 (oitenta reais) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$74,52 (setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2025, está apresentada no organograma a seguir:

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Março/2025

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,88% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,18% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,11% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,84% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,39% T	10,75% T	9,16% T	17,52% T

FREE FLOAT
75%



O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	9,9% O 9,8% P 9,9% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		26,0% Cia Energética Rio das Flores		100,0% ETSE	
		32,5% Rondinha Energética			
		40,0% Xavantina Energética			
		49,0% Garça Branca			
		10,0% EDP Transmissão Aliança SC			

4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 31 de março de 2025, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,63% do capital social total da Companhia, detendo o total de 243.749 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	243.749	0,63%
Investidores Nacionais	38.327.842	99,37%
Total	38.571.591	100,00

Comentário do Desempenho**5. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%

6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2024					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	447.000	2,88	2.790.201	12,11	3.237.201	8,39
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	803.552	5,17	5.954.968	25,84	6.758.520	17,53
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2025, com um quadro funcional de 3.761 empregados. O total de empregados representa uma redução de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.774 empregados).

Comentário do Desempenho

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

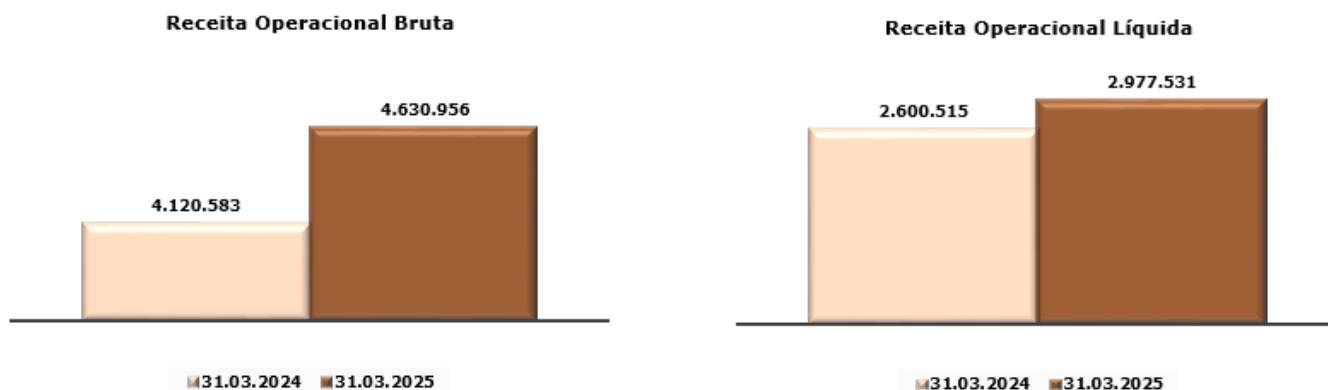
Descrição	Consolidado		
	31.03.2025	31.03.2024	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	4.630.956	4.120.583	12,39%
Receita Operacional Líquida - ROL	2.977.531	2.600.515	14,50%
Resultado Operacional	459.010	373.685	22,83%
EBITDA	550.209	457.464	20,27%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	18,48%	17,59%	0,89 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	8,49%	8,92%	-0,44 p.p.
Resultado Financeiro	(81.265)	(49.540)	64,04%
Ativo Total	13.428.170	12.434.794	7,99%
Imobilizado	222.035	208.087	6,70%
Patrimônio Líquido	3.863.834	3.120.453	23,82%
Lucro Líquido	252.683	232.011	8,91%

9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no primeiro trimestre de 2025, foi de R\$4,6 bilhões, aproximadamente 12,4% maior que a realização no mesmo período de 2024, que foi de R\$4,1 bilhões.

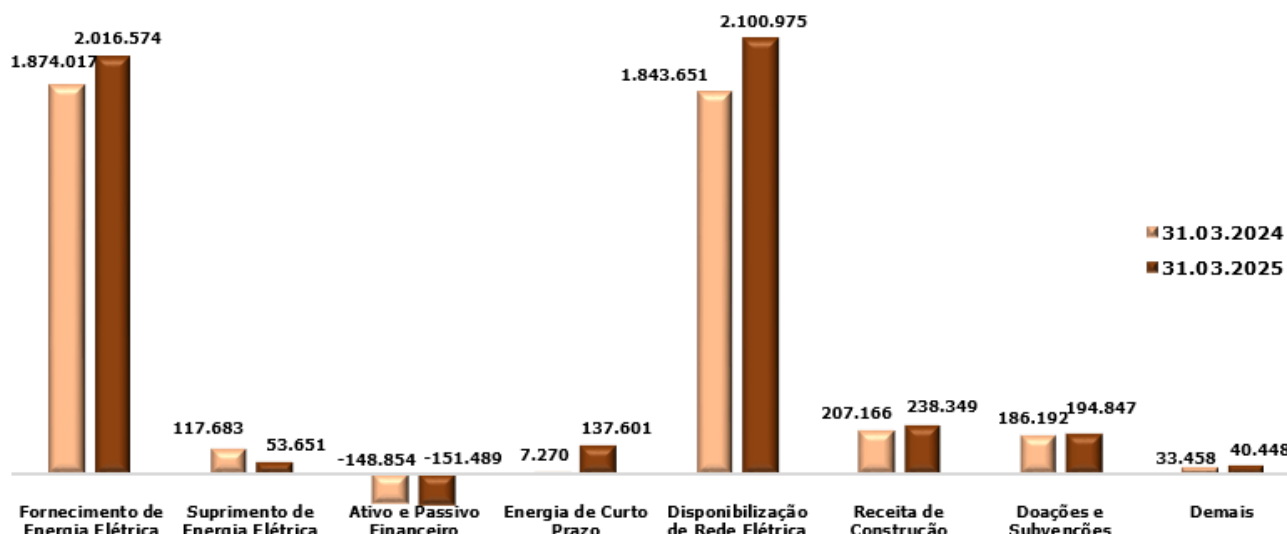
Essa variação decorreu, principalmente, por fatores relacionados à Celesc D, onde a ROB aumentou 12,3%, impulsionada por um crescimento de 7,5% na receita de fornecimento de energia elétrica, além de um aumento de 14,0% na receita com a disponibilidade de uso da rede elétrica e um incremento de 2073,8% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$ 6,2 milhões em 2024 para R\$ 135,1 milhões, impulsionado pelo aumento expressivo do PLD neste mesmo período em 2025. Outros fatores também contribuíram, como o reajuste tarifário anual, ocorrido em 22 de agosto de 2024, com efeito médio percebido pelos consumidores de 3,02% e o acréscimo de 5,0% no consumo total (cativos e consumidores livres) de energia na área de concessão da distribuidora. A ROL acompanhou, proporcionalmente, à ROB (14,4%, saindo de R\$4,07 bilhões no primeiro trimestre de 2024 para R\$4,57 bilhões no mesmo período de 2025).

Adicionalmente, na Celesc G, a ROB aumentou 21,9%, em virtude, principalmente do aumento de 42,6% na receita de fornecimento de energia e um crescimento de 13,7% na receita de suprimento de energia. Houve também um aumento de R\$ 1,4 milhão na receita de curto prazo, o que representa um crescimento de 135,2% em relação ao primeiro trimestre de 2024. Além disso, as receitas financeiras vinculadas à bonificação de outorga e à indenização da usina Pery aumentaram cerca de 19,0%. A ROL cresceu proporcionalmente, à ROB (22,7%, saindo de R\$46,3 milhões no primeiro trimestre de 2024 para R\$56,8 milhões no mesmo período de 2025).



Comentário do Desempenho

Composição da Receita Bruta



9.2. Deduções da Receita

O aumento de 8,77% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 12,1% no recolhimento de ICMS, PIS e COFINS), na Celesc D, e ao aumento de R\$20,3 milhões evidenciado nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), sendo estes dois últimos calculados com a alíquota de 1% sobre a ROL.

9.3. Custos e Despesas

9.3.1 Custos

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 13,1%, aproximadamente, quando comparados os primeiros trimestres de 2025 e 2024.

Os custos com energia tiveram um acréscimo de 15,3%, impactados pelo aumento do PLD.

A energia elétrica comprada para revenda na Celesc D teve um aumento de 28,8% na Celesc D. Enquanto que na Celesc G, o aumento nos custos com energia foi gerado, principalmente, pelo crescimento de 40,6% no custo da energia comprada para revenda (convencional) e de 68,0% na energia adquirida na CCEE, no primeiro trimestre de 2025, quando comparado ao mesmo período de 2024.

Os custos de operação consolidados cresceram 7,0%, se compararmos o primeiro trimestre de 2025, com o mesmo período de 2024.

Na Celesc D, o aumento foi de 6,8% e está relacionado ao custo de construção que passou de R\$207,2 milhões para R\$238,3 milhões e ao custo com pessoal que aumentou em torno de 14,6%. Este aumento está relacionado a aplicação do plano de cargos e salários (PCS) por merecimento, ocorrido em setembro de 2024, com percentuais entre 0% (zero) e 8%, ficando em torno de 4,57% na média. O PCS não vinha sendo aplicado desde 2017, quando houve um acordo entre os empregados e a administração para a sua suspensão. A partir de 2024, ocorreu o retorno sendo que nos anos pares haverá a aplicação do PCS e nos anos ímpares a aplicação de 1% por antiguidade. Ocorreu ainda, em outubro de 2024, o reajuste salarial em aproximadamente 4,09% relativo ao dissídio coletivo.

Comentário do Desempenho

Na Celesc G, os custos de operação aumentaram R\$1,1 milhão devido, principalmente, às rubricas depreciação e amortização (R\$492 mil) e serviços de terceiros (R\$469 mil).

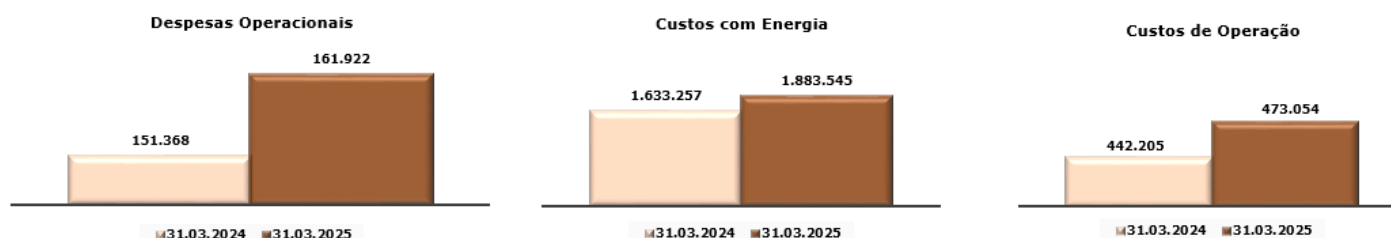
9.3.1 Despesas Operacionais, Outras Receitas e Despesas, Equivalência Patrimonial

As despesas operacionais, incluindo outras despesas e deduzindo os valores de outras receitas e o resultado da equivalência patrimonial, passaram de R\$151,4 milhões no primeiro trimestre de 2024 para R\$161,9 milhões no mesmo período de 2025, representando um aumento de 7,0%.

A Celesc D apresentou um aumento de 10,7%, aproximadamente R\$16,4 milhões a mais em relação ao primeiro trimestre de 2024. Estratificando as variações ocorridas, houve o acréscimo de 69,2% nas despesas com vendas decorrentes, principalmente, da provisão com perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, sobre as contas a receber, que apresentou um aumento de R\$40,8 milhões, representando uma variação de 143,6%.

Ainda na Celesc D, em despesas gerais e administrativas houve aumento de 9,0%. Pode-se destacar: R\$8,7 milhões, representando um aumento de 13,7%, relacionado ao gasto com pessoal, R\$2,7 milhões (aumento de 7,9%) referentes às despesas atuariais e R\$5,8 milhões (aumento de 71,6%) referentes às despesas de depreciação e amortização ocasionadas, principalmente, pelos investimentos realizados no software comercial. Por outro lado, na rubrica de outras receitas e outras despesas operacionais o resultado foi positivo em aproximadamente R\$79,4 milhões, no primeiro trimestre de 2025 contra R\$43,3 milhões no mesmo trimestre de 2024, apresentando uma variação positiva de 83,3%. O aumento é justificado, principalmente, pela diminuição de R\$12,5 milhões na rubrica de provisões (redução de -36,2%), no aumento de R\$5,9 milhões nas reversões de provisões (acréscimo de 244,9%) e pelo aumento de R\$3,4 milhões na receita de compartilhamento de infraestrutura (acréscimo de 4,7%).

Na Celesc G, o acréscimo entre os períodos analisados é de 86,7%, sendo de aproximadamente R\$1,1 milhão, impactado, dentre outros fatores, pelo aumento da despesa com pessoal de R\$973,0 mil e na redução de R\$510,0 mil na equivalência patrimonial das coligadas, tendo como principal fator desta redução a venda da sua participação na EDP Aliança Transmissão.



9.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2025 foi negativo em R\$81,3 milhões. No mesmo período de 2024, o resultado negativo era de R\$49,5 milhões.

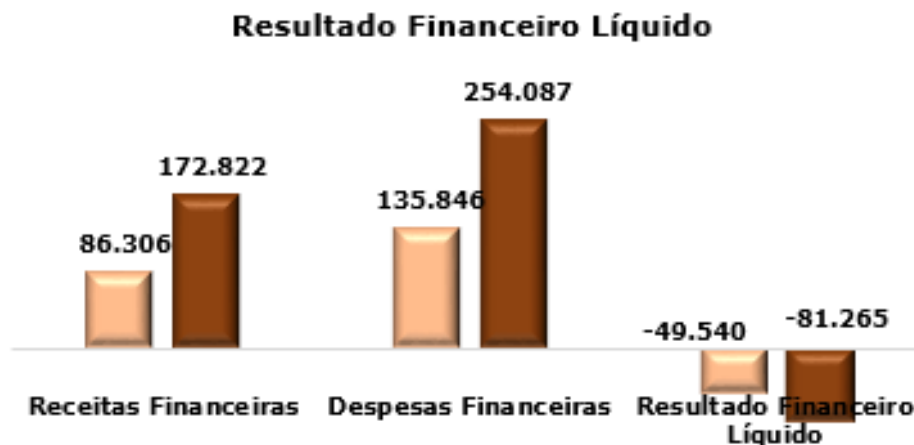
Na Celesc D, esse resultado é decorrente, principalmente, pelo aumento nos juros sobre as debêntures, que totalizaram R\$79,6 milhões no primeiro trimestre de 2025, contra R\$36,2 milhões no mesmo período de 2024. Ainda em despesas financeiras, ocorreu de forma positiva o encerramento do Contrato da Reserva Matemática (dívida com a CELOS), não havendo mais em 2025 a incidência dos juros e da atualização monetária.

Em relação às receitas financeiras, a Celesc D contratou uma operação de swap para hedge das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. O efeito na receita financeira da marcação a mercado e de Derivativos foi de

Comentário do Desempenho

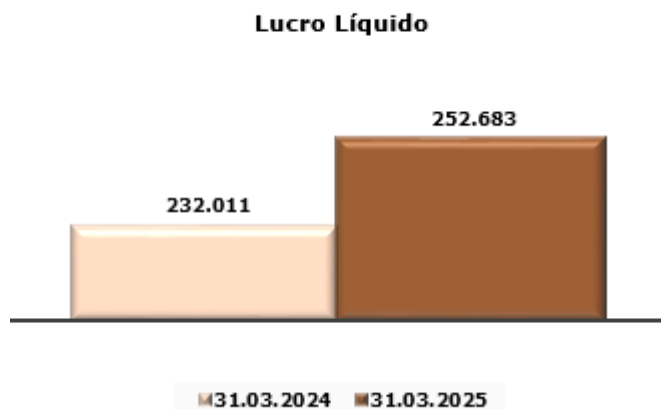
R\$81,6 milhões, sendo que na despesa financeira o efeito foi de R\$69,8 milhões, resultando um efeito líquido positivo de R\$11,8 milhões no resultado financeiro.

Na Celesc G, o resultado financeiro referente ao primeiro trimestre de 2025 foi positivo em R\$1,8 milhões (R\$1,2 milhões no mesmo período de 2024). O resultado foi impactado pelo aumento da receita de aplicações financeiras.



9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro trimestre de 2025, um Lucro Líquido de R\$252,7 milhões, representando um aumento de 8,9% se comparado ao mesmo período de 2024, cujo valor foi de R\$232,0 milhões.



9.6. EBITDA

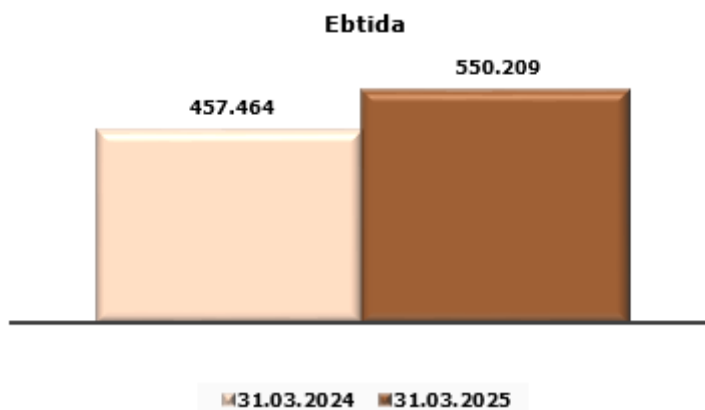
A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não podendo ser excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

Comentário do Desempenho

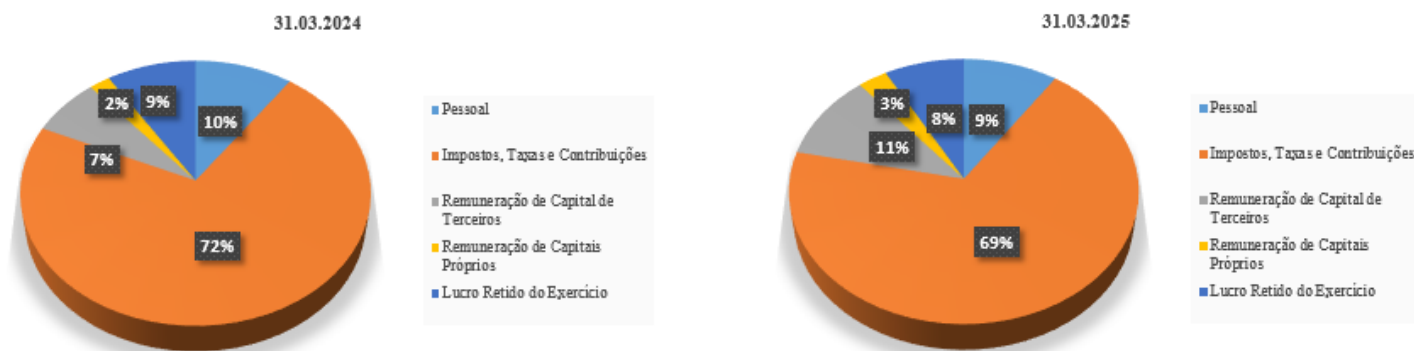
	Consolidado	
Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	31.03.2025	31.03.2024
Lucro Líquido	252.683	232.011
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	125.062	92.134
Resultado Financeiro	81.265	49.540
Depreciação e Amortização	91.199	83.779
EBITDA	550.209	457.464

O EBITDA no primeiro trimestre de 2025, atingiu o valor de R\$550,2 milhões, aproximadamente, 20,3% superior ao mesmo período de 2024, que foi de R\$457,5 milhões.



9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

	Consolidado	
Índices	31.03.2025	31.03.2024
Liquidez Geral	0,84	0,75
Liquidez Corrente	1,28	0,96
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	6,71%	7,67%
Endividamento Geral	71,23%	74,91%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de março de 2025, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$1,01 bilhão, com um índice de 1,28.

Comentário do Desempenho

10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência reflete a parcela da receita faturada que não foi recebida em um determinado período. Seu cálculo é realizado por meio da relação entre o montante de inadimplência apurado no período e a Receita Operacional Bruta acumulada referente ao fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização de rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

No primeiro trimestre de 2025, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentra a maior parte das ações de cobrança), teve um aumento de 0,66 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,15 pontos percentuais, passando de 1,35% para 1,50%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra um aumento de 0,30 pontos percentuais, aproximadamente 2,41% da Receita Operacional Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

Indicador de Inadimplência até 90 dias: Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

Indicador de Inadimplência acima de 90 dias: Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

Indicador de Inadimplência Total: Este indicador compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

Inadimplência até 90 Dias											
Classes	1T24		2T24		3T24		4T24		1T25		Variação 4T24-1T25
		%		%		%		%		%	
	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	
Residencial	234.452	6,15%	276.873	7,92%	289.907	9,29%	268.851	7,67%	374.386	9,14%	+1,47 p.p
Industrial	35.454	0,93%	37.983	1,09%	52.200	1,67%	55.467	1,58%	57.805	1,41%	-0,17 p.p
Comercial	66.453	1,74%	99.691	2,85%	95.331	3,05%	93.584	2,67%	121.728	2,97%	+0,30 p.p
Rural	19.183	0,50%	24.295	0,70%	25.292	0,81%	27.842	0,79%	39.129	0,95%	+0,16 p.p
Poder Público	2.577	0,07%	25.045	0,72%	30.085	0,96%	23.840	0,68%	14.315	0,35%	-0,33 p.p
Iluminação Pública	18	0,00%	19.477	0,56%	34.362	1,10%	9.155	0,26%	6.607	0,16%	-0,10 p.p
Serviço Público	44	0,00%	16.423	0,47%	13.142	0,42%	21.415	0,61%	2.864	0,07%	-0,54 p.p
Suprimentos	29	0,00%	3.944	0,11%	85	0,00%	2.867	0,08%	615	0,02%	-0,06 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.437	0,09%	25.896	0,74%	28.833	0,92%	13.786	0,39%	22.283	0,54%	+0,15 p.p
Diversos Créditos	10.934	0,29%	11.243	0,32%	13.462	0,43%	10.984	0,31%	3.841	0,09%	-0,22 p.p
Serviço Taxado	1.009	0,03%	941	0,03%	138	0,00%	147	0,00%	172	0,00%	0,00 p.p
Participação Financeira	4.465	0,12%	3.223	0,09%	5.164	0,17%	3.644	0,10%	4.401	0,11%	+0,01 p.p
Total	378.056	9,92%	545.035	15,60%	588.001	18,84%	531.583	15,16%	648.146	15,82%	+0,66 p.p
ROB 1º ao 3º Mês											
R\$ Mil	3.811.825		3.493.968		3.121.175		3.505.522		4.097.758		

Inadimplência Acima de 90 Dias											
Classes	1T24		2T24		3T24		4T24		1T25		Variação 4T24-1T25
	%		%		%		%		%		
	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	
Residencial	244.518	0,42%	267.445	0,45%	333.352	0,56%	394.759	0,65%	431.231	0,71%	+0,06 p.p
Industrial	80.992	0,14%	83.613	0,14%	91.813	0,15%	105.149	0,17%	120.090	0,20%	+0,03 p.p
Comercial	126.623	0,22%	134.462	0,23%	170.521	0,28%	189.433	0,31%	203.120	0,33%	+0,02 p.p
Rural	12.935	0,02%	14.588	0,02%	20.127	0,03%	25.641	0,04%	31.921	0,05%	+0,01 p.p
Poder Público	5.406	0,01%	447	0,00%	8.926	0,01%	23.654	0,04%	35.788	0,06%	+0,02 p.p
Iluminação Pública	106	0,00%	5	0,00%	4.179	0,01%	8.681	0,01%	11.638	0,02%	+0,01 p.p
Serviço Público	21	0,00%	29	0,00%	2.497	0,00%	11.465	0,02%	15.002	0,02%	0,00 p.p
Suprimentos	35	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.185	0,00%	1.157	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.600	0,00%	1.942	0,00%	11.247	0,02%	9.542	0,02%	10.933	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	24.503	0,04%	26.109	0,04%	31.371	0,05%	33.255	0,06%	35.286	0,06%	0,00 p.p
Serviço Taxado	4.255	0,01%	4.389	0,01%	4.733	0,01%	4.418	0,01%	4.307	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	2.825	0,00%	3.523	0,01%	6.210	0,01%	8.784	0,01%	11.843	0,02%	+0,01 p.p
Total	503.820	0,87%	536.551	0,91%	684.976	1,14%	815.967	1,35%	912.316	1,50%	+0,15 p.p
ROB 4º ao 60º Mês											
R\$ Mil	57.827.057		58.970.799		59.873.560		60.320.677		60.673.882		

Comentário do Desempenho

Inadimplência Total											
Classes	1T24		2T24		3T24		4T24		1T25		Variação 4T24-1T25
	%		%		%		%		%		
	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	ROB	R\$ Mil	R\$ Mil	ROB	
Residencial	478.970	0,78%	544.318	0,87%	623.259	0,99%	663.610	1,04%	805.617	1,24%	+0,20 p.p
Industrial	116.447	0,19%	121.596	0,19%	144.013	0,23%	160.616	0,25%	177.895	0,27%	+0,02 p.p
Comercial	193.076	0,31%	234.153	0,37%	265.852	0,42%	283.016	0,44%	324.848	0,50%	+0,06 p.p
Rural	32.118	0,05%	38.883	0,06%	45.420	0,07%	53.483	0,08%	71.050	0,11%	+0,03 p.p
Poder Público	7.983	0,01%	25.493	0,04%	39.011	0,06%	47.495	0,07%	50.103	0,08%	+0,01 p.p
Iluminação Pública	123	0,00%	19.482	0,03%	38.540	0,06%	17.837	0,03%	18.245	0,03%	0,00 p.p
Serviço Público	65	0,00%	16.452	0,03%	15.639	0,02%	32.881	0,05%	17.866	0,03%	-0,02 p.p
Suprimentos	65	0,00%	3.944	0,01%	85	0,00%	4.052	0,01%	1.772	0,00%	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	5.037	0,01%	27.837	0,04%	40.079	0,06%	23.328	0,04%	33.216	0,05%	+0,01 p.p
Diversos Créditos	35.436	0,06%	37.353	0,06%	44.833	0,07%	44.239	0,07%	39.127	0,06%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	5.264	0,01%	5.330	0,01%	4.871	0,01%	4.565	0,01%	4.479	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	7.291	0,01%	6.746	0,01%	11.374	0,02%	12.428	0,02%	16.244	0,03%	+0,01 p.p
Total	881.876	1,43%	1.081.586	1,73%	1.272.977	2,02%	1.347.550	2,11%	1.560.462	2,41%	+0,30 p.p
ROB 1º ao 60º Mês											
R\$ Mil	61.638.882		62.464.767		62.994.735		63.826.199		64.771.640		

Em maio de 2024, a Celesc D fez a transição do sistema comercial até então utilizado para o sistema comercial *SAP S/4 Hana Utilities*, uma plataforma integrada e moderna que reúne gestão comercial, Agência Web e outros canais de atendimento. Esta transformação tem como finalidade melhorar o relacionamento com os mais de 3,5 milhões de clientes, ampliar os serviços digitais e proporcionar maior eficiência aos colaboradores da Celesc que atendem presencialmente.

Para esse trabalho foram desenvolvidas mais de 1000 aplicações e 20 integrações com outros Sistemas da Celesc, além da migração de todas as informações e serviços do sistema antigo para a nova plataforma, mais moderna no que se refere à gestão comercial no setor elétrico.

Entre as melhorias já disponíveis com esta migração, destaque para o pagamento da fatura via PIX, o acesso a serviços pelo aplicativo e a diferentes unidades consumidoras, de mesma titularidade, pelo mesmo login, em uma plataforma mais fácil e amigável.

Embora a migração represente um avanço importante, a integração de novas tecnologias trouxe desafios técnicos que impactaram alguns processos operacionais, em especial os relacionados ao faturamento, arrecadação e cobrança. Em função dessas instabilidades, a Administração optou, de forma proativa, por suspender temporariamente as ações de cobrança, como negativação, protesto e corte de fornecimento de energia, para evitar prejuízos aos consumidores.

Os reflexos dessas dificuldades podem ser observados no aumento do saldo em Contas a Receber, na elevação da inadimplência na faixa de 0 a 90 dias, acima de 90 dias e inadimplência total.

Com o avanço dos trabalhos, a Celesc prevê iniciar a retomada gradual das ações de cobrança a partir de abril de 2025. Essa retomada será feita de forma progressiva, começando com ações em regionais e municípios específicos, para acompanhar o comportamento do sistema e garantir a segurança dos processos. Esse plano será executado entre os meses de abril até julho de 2025, ampliando as ações de cobrança para todo o Estado.

11. BALANÇO ENERGÉTICO

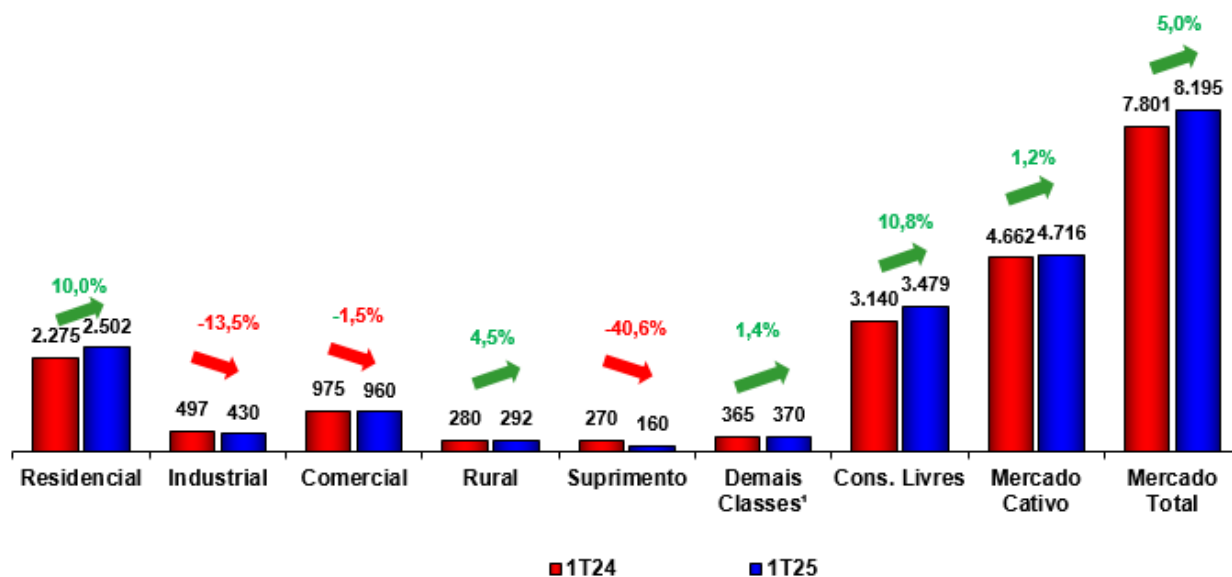
O mercado cativo da Celesc D apresentou aumento de 1,2%, no primeiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.716 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo total de energia elétrica foi de 5,0%, atingindo 8.195 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou em 10,8%, passando de 3.140 GWh para 3.479 GWh, comparando os períodos analisados.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado

Comentário do Desempenho

cativo, como também do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

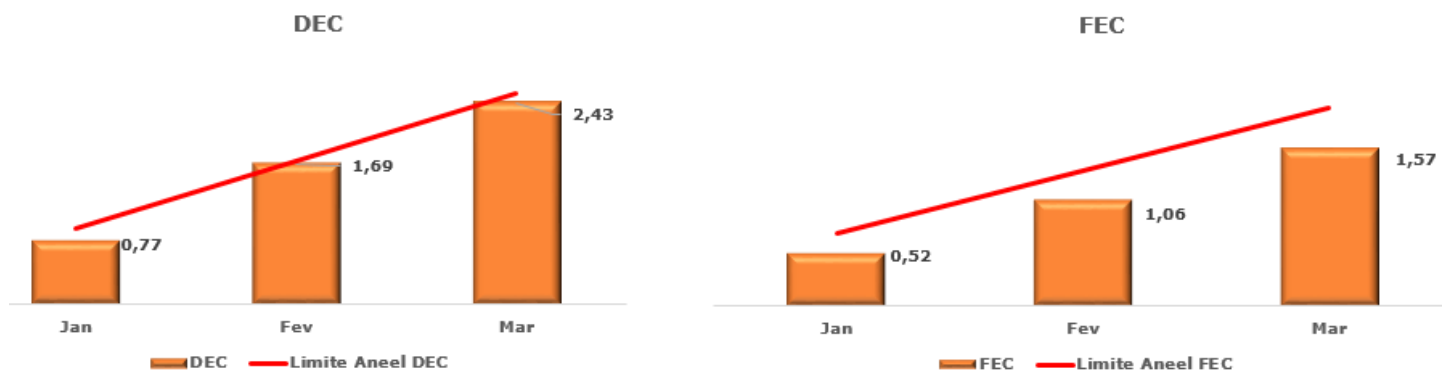
MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2025		2024		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	2025	2025	2024	2024	25-24	25-24
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.920.329	1.920.329	1.630.955	1.630.955	55,1%	55,1%	50,4%	50,4%	17,7%	17,7%
Industrial	337.066	337.066	369.926	369.926	9,7%	9,7%	11,4%	11,4%	-8,9%	-8,9%
Comercial	789.021	789.021	733.540	733.540	22,6%	22,6%	22,6%	22,6%	7,6%	7,6%
Rural	202.096	202.096	197.500	197.500	5,8%	5,8%	6,1%	6,1%	2,3%	2,3%
Poder Público	104.246	104.246	99.797	99.797	3,0%	3,0%	3,1%	3,1%	4,5%	4,5%
Iluminação Pública	48.736	48.736	58.320	58.320	1,4%	1,4%	1,8%	1,8%	-16,4%	-16,4%
Serviço Público	52.427	52.427	52.119	52.119	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	0,6%	0,6%
Suprimento	29.733	29.733	96.668	96.668	0,9%	0,9%	3,0%	3,0%	-69,2%	-69,2%
TOTAL	3.483.654	3.483.654	3.238.825	3.238.825	100%	100%	100%	100%	7,6%	7,6%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	2.502.491	2.502.491	2.274.655	2.274.655	53,1%	53,1%	48,8%	48,8%	10,0%	10,0%
Industrial	429.864	429.864	496.833	496.833	9,1%	9,1%	10,7%	10,7%	-13,5%	-13,5%
Comercial	960.003	960.003	974.723	974.723	20,4%	20,4%	20,9%	20,9%	-1,5%	-1,5%
Rural	292.480	292.480	279.964	279.964	6,2%	6,2%	6,0%	6,0%	4,5%	4,5%
Poder Público	143.164	143.164	139.192	139.192	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	2,9%	2,9%
Iluminação Pública	149.486	149.486	147.209	147.209	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	1,5%	1,5%
Serviço Público	77.783	77.783	78.835	78.835	1,6%	1,6%	1,7%	1,7%	-1,3%	-1,3%
Suprimento	160.418	160.418	270.151	270.151	3,4%	3,4%	5,8%	5,8%	-40,6%	-40,6%
TOTAL	4.715.689	4.715.689	4.661.562	4.661.562	100%	100%	100%	100%	1,2%	1,2%

Comentário do Desempenho

13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no primeiro trimestre de 2025 foi de 2,43 horas, o que equivale a 95,3% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 1,57 interrupções, o que representou 78,9% do limite regulatório estabelecido.



14. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão, e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital
			Limitação de distribuição de dividendos e JCP
			Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos	Extinção da concessão
		1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

Comentário do Desempenho

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ¹	DECi	FECi	
2021	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		DEC ³	FEC ³	DEC	FEC	
2022	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido

¹ DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

15. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

16. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80/2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de maio de 2025.

A Administração

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

**Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Circulante		450.844	400.340	4.261.138	3.898.270
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	98.864	96.878	755.323	1.019.482
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.734.080	2.238.333
IRPJ e CSLL a Recuperar	10	62.898	71.041	160.457	110.766
Demais Tributos a Recuperar	10	-	-	191.042	195.932
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11.1	288.791	231.959	16.682	14.807
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	44.361	43.449
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	19.439	19.039
Ativo Mantido para Venda	2.1.2.3	-	-	60.333	-
Outros	12	291	462	279.421	256.462
Não Circulante		3.706.810	3.537.770	9.167.032	9.139.488
Realizável a Longo Prazo		82.007	101.148	3.778.444	3.684.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	39.046	-
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	6.235	4.491
Tributos Diferidos	17	-	-	603.316	659.034
Tributos a Recuperar	10	-	-	346.302	368.709
Depósitos Judiciais	28	81.799	100.940	391.761	439.879
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	1.033.848	948.715
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	335.120	329.418
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	152.347	149.731
Ativo de Contrato	15	-	-	856.915	771.357
Outros	12	208	208	13.554	13.123
Investimentos	18	3.621.858	3.433.492	335.516	382.859
Imobilizado	19	138	197	222.035	210.394
Intangível	20	2.807	2.933	4.831.037	4.861.778
Total do Ativo		4.157.654	3.938.110	13.428.170	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Circulante		284.016	236.887	3.325.916	3.049.785
Fornecedores	21	721	1.502	1.010.974	992.713
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	308.547	213.853
Debêntures	23	-	-	203.946	202.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	92.727	70.230
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	2.266	2.165	217.686	217.785
IRPJ e CSLL a Recolher	26	-	82	68.202	2.818
Demais Tributos a Recolher	26	11.801	18.852	312.343	274.579
Dividendos e JCP Declarados	32.3	267.802	212.754	267.802	212.754
Taxas Regulamentares	27	-	-	27.718	23.278
Passivo de Arrendamento	19	147	208	7.473	2.140
Benefícios a Empregados	29	-	-	150.925	167.661
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	425.374	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	81.897	46.811
Outros	12	1.279	1.324	150.302	234.313
Não Circulante		9.804	29.944	6.238.420	6.316.694
Tributos a Recolher	26	-	-	15.123	17.096
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.696.783	1.765.532
Debêntures	23	-	-	2.008.255	2.021.371
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	6.649	8.969
Tributos Diferidos	17	-	-	112.239	108.460
Taxas Regulamentares	27	-	-	82.739	78.661
Passivo de Arrendamento	19	-	-	3.768	3.838
Provisão para Contingências	28	9.804	29.944	359.823	456.497
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.512.352	1.508.838
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	299.493	326.032
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	141.196	21.400
Patrimônio Líquido	32	3.863.834	3.671.279	3.863.834	3.671.279
Capital Social	32.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	32.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	32.2	2.273.648	2.273.648	2.273.648	2.273.648
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.4	(1.160.114)	(1.159.975)	(1.160.114)	(1.159.975)
Lucro do Período		192.694	-	192.694	-
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	32.3	77.290	77.290	77.290	77.290
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.157.654	3.938.110	13.428.170	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	33	-	-	2.977.531	2.600.515
Custos de Vendas /Serviços Prestados	33	-	-	(2.356.599)	(2.075.462)
Lucro Bruto		-	-	620.932	525.053
Despesas Operacionais		253.494	232.641	(161.922)	(151.368)
Despesas com Vendas	33	-	-	(28.644)	(29.528)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	33	-	-	(69.255)	(28.432)
Despesas Gerais e Administrativas	33	(7.210)	(6.887)	(163.737)	(149.864)
Outras Receitas	33	4.567	(782)	98.985	108.704
Outras Despesas	33	(1.106)	(935)	(16.242)	(67.321)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	257.243	241.245	16.971	15.073
Resultado Antes do Resultado Financeiro		253.494	232.641	459.010	373.685
Resultado Financeiro	33	(811)	(1.618)	(81.265)	(49.540)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		252.683	231.023	377.745	324.145
IRPJ e CSLL	17	-	988	(125.062)	(92.134)
Corrente		-	70	(65.566)	(72.281)
Diferido		-	918	(59.496)	(19.853)
Lucro Líquido do Período		252.683	232.011	252.683	232.011
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia					
Durante o Período (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	32				
Ações Ordinárias Nominativas		6,1817	5,6760		
Ações Preferenciais Nominativas		6,7999	6,2436		
Resultado Diluído por Ação	32				
Ações Ordinárias Nominativas		6,1817	5,6760		
Ações Preferenciais Nominativas		6,7999	6,2436		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Lucro Líquido do Período	32	252.683	232.011	252.683	232.011
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período		252.683	232.011	252.683	232.011

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.480.000	316	315.136	1.958.512	77.290	12.339	(1.035.053)	(137.261)	-	3.671.279
Transações de Capital com Acionistas											
Juros Sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.128)	(60.128)
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Período	33	-	-	-	-	-	-	-	-	252.683	252.683
Realização do Custo Atribuído	32.4	-	-	-	-	-	(139)	-	-	139	-
Saldos em 31 de março de 2025		2.480.000	316	315.136	1.958.512	77.290	12.200	(1.035.053)	(137.261)	192.694	3.863.834

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.894	(1.290.280)	(137.261)	-	2.932.567
Transações de Capital com Acionistas											
Juros Sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.125)	(44.125)
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Período	33	-	-	-	-	-	-	-	-	232.011	232.011
Realização do Custo Atribuído	32.4	-	-	-	-	-	(139)	-	-	139	-
Saldos em 31 de março de 2024		2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.755	(1.290.280)	(137.261)	188.025	3.120.453

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Lucro Líquido de Período		252.683	232.011	252.683	232.011
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa					
(Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais		(278.840)	(245.044)	331.941	334.237
Depreciação e Amortização	19	553	391	91.200	83.779
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	22.948	19.352
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	(257.243)	(241.245)	(16.971)	(15.073)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	15	-	-	(13.832)	(8.594)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	15	-	-	1.485	141
Juros e Variações Monetárias		(1.554)	(782)	156.207	109.586
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	28	(20.596)	(2.420)	(102.230)	12.488
Despesas Atuariais	30	-	-	36.563	33.889
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	92	47
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	24	-	-	(11.790)	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	69.255	28.432
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	33.1	-	-	(26.048)	(21.944)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(988)	125.062	92.134
(Aumento)/ Redução nos Ativos		29.469	14.263	(357.169)	(62.677)
Contas a Receber	9	-	-	(566.038)	(138.424)
Tributos a Recuperar		8.143	9.019	(20.158)	(24.115)
Depósitos Judiciais		21.155	5.070	55.744	(2.224)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	197.379	105.931
Outras Variações nos Ativos		171	174	(24.096)	(3.845)
Aumento / (Redução) nos Passivos		(12.478)	(13.759)	(53.275)	(155.217)
Fornecedores		(781)	(848)	18.261	(156.558)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		101	186	(2.419)	(12.351)
Tributos a Recolher		(11.753)	(13.057)	83.312	102.608
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(24.390)	(7.057)
Taxas Regulamentares		-	-	6.221	(1.459)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(464)	(33.947)
Benefícios a Empregados		-	-	(49.785)	(64.556)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	-	13
Outras Variações no Passivo		(45)	(40)	(84.011)	18.090
Juros Pagos	23.7	(4)	(8)	(87.961)	(50.340)
IR e CSLL Pagos		(460)	(68)	(55.019)	(59.032)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(9.630)	(12.605)	31.200	238.982
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(7.388)	(17.996)
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(238.349)	(207.166)
Dividendos e JCP Recebidos		11.677	9.151	1.738	1.857
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		11.677	9.151	(243.999)	(223.305)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(218)	(333)
Amortização de Derivativos	24	-	-	(10.653)	-
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(38.372)	(38.372)
Pagamento de JCP e Dividendos		-	(11)	-	(11)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(61)	(57)	(2.117)	(2.720)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(61)	(68)	(51.360)	(41.436)
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa		1.986	(3.522)	(264.159)	(25.759)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	98.864	53.149	755.323	880.437
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		1.986	(3.522)	(264.159)	(25.759)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024 (Reclassificado)
Receitas	33	5.838	5.729	4.678.234	4.200.969
Receita de Contrato com Clientes		-	-	4.392.608	3.913.416
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	245.737	189.170
Outras Receitas		5.838	5.729	109.144	126.815
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa - PECLD		-	-	(69.255)	(28.432)
Insumos Adquiridos de Terceiros	33	(2380)	(7.774)	(2.419.266)	(2.149.861)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(2.076.057)	(1.793.835)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(2380)	(7.774)	(343.209)	(356.026)
Valor Adicionado Bruto		3.458	(2.045)	2.258.968	2.051.108
Depreciação, Amortização		(553)	(391)	(91.291)	(83.827)
Valor Adicionado Líquido Produzido		2.905	(2.436)	2.167.677	1.967.281
Valor Adicionado Recebido em Transferência		263.500	245.414	201.126	110.509
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	257.243	241.245	16.971	15.073
Receitas Financeiras	33	6.257	4.169	183.851	95.336
Outras Receitas		-	-	304	100
Valor Adicionado Total a Distribuir		266.405	242.978	2.368.803	2.077.790
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(4.839)	(4.484)	(228.017)	(205.307)
Remuneração Direta		(4.362)	(4.078)	(143.554)	(128.683)
Benefícios		(222)	(185)	(75.721)	(68.088)
FGTS		(255)	(221)	(8.742)	(8.536)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(8.398)	(5.511)	(1.635.778)	(1.493.516)
Federais		(7.891)	(5.026)	(958.263)	(888.672)
Estaduais		-	-	(674.315)	(601.683)
Municipais		(507)	(485)	(3.200)	(3.161)
Remuneração de Capital de Terceiros	33	(485)	(972)	(252.325)	(146.956)
Juros		(481)	(972)	(249.497)	(144.987)
Aluguéis		(4)	-	(2.828)	(1.969)
Remuneração de Capitais Próprios	32	(252.683)	(232.011)	(252.683)	(232.011)
Juros s/ Capital Próprio - JCP		(60.128)	(44.125)	(60.128)	(44.125)
Lucro Retido do Período		(192.555)	(187.886)	(192.555)	(187.886)
Valor Adicionado Distribuído		(266.405)	(242.978)	(2.368.803)	(2.077.790)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**2.1. Subsidiárias Integrais****2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.510.298 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Notas Explicativas

a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 -STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025. O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

b) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela Aneel, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

O acionamento de janeiro a março de 2025, devido às condições favoráveis de geração de energia é da bandeira verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D de janeiro a fevereiro de 2025 foram de R\$ 11,9 milhões. Os valores a serem repassados relativos à competência de março serão divulgados pela Agência reguladora a partir de maio de 2025.

c) Bônus de Itaipu

A ANEEL, por meio do despacho STR/ANEEL nº 1.405, 3 de maio de 2024, a agência reguladora informou que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2023 foi positivo em R\$399,3 milhões e que o valor devolvido pelas distribuidoras, referente aos diferimentos de repasse tarifário com base nos saldos da Conta de Itaipu de 2020 e de 2021, perfaz R\$ 841,9 milhões.

Em novembro de 2024, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024, os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Para a Celesc, foi homologado o valor de R\$51,9 milhões, sendo que em janeiro de 2025, os consumidores da área de concessão da Celesc Distribuição receberam este crédito tarifário, referente ao chamado Bônus de Itaipu, por meio de repasse nas faturas emitidas em janeiro, conforme regramento definido pela ANEEL.

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

Celesc D entrou com uma ação judicial para contestar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016, buscando o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias e, ao mesmo tempo, requereu a concessão de medida liminar solicitando a suspensão de redutor tarifário de R\$256,6 milhões, previsto para a Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2016. Em 2019, a sentença foi desfavorável à Celesc D, que recorreu à segunda instância.

A discussão judicial continua em andamento, aguardando a decisão de mérito dos desembargadores. No entanto, a Celesc D já diferiu a devolução dos valores nos processos de reajustes tarifários anuais de 2019 a 2023.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024/2025,

Notas Explicativas

nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,98 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Mensal (R\$/mil)
	Ciclo 2024/2025	Ciclo 2024/2025
UHE Pery	28.643	2.387
UHE Garcia	13.512	1.126
UHE Bracinho	17.446	1.454
UHE Cedros	12.264	1.022
UHE Palmeiras	26.121	2.177
UHE Salto	8.884	740

2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 31 de março de 2025, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em operação em teste. Também possui, em operação comercial, seis empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 136,51MW, sendo 124,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 9MW de fonte solar, e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

Notas Explicativas

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			116,27	70,81	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico e cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Em 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, com capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A inauguração da usina revitalizada ocorreu em outubro de 2024.

A entrada em operação comercial está prevista para o segundo trimestre de 2025 e a energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa, à época, de R\$264,99/MWh.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
Total			9,00

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)	Belmonte/SC	(*)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(CRF) O Complexo Energético Rio das Flores é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

Notas Explicativas

2.1.2.3. Transmissão

A Celesc G possuía 10 % de participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, a EDP Transmissão Aliança SC, contabilizado no Grupo por meio da equivalência patrimonial, até o mês de janeiro de 2025.

Em relação à parceria existente entre Celesc G e EDP Energias do Brasil na sociedade EDP Transmissão Aliança SC, em 23 de dezembro de 2024, a EDP comunicou ao mercado que fechou contrato de venda da totalidade da sua participação de 90% nessa sociedade para o Skyline Fundo de Investimento em Participações. Em 14 de fevereiro de 2025, a Celesc realizou comunicado ao mercado informando que optou por exercer o direito de venda conjunta (*tag along*).

Em 31 de março de 2025, o valor correspondente ao Investimento na EDP Transmissão Aliança SC está reclassificado no Balanço Patrimonial Consolidado, pelo custo amortizado, na rubrica Ativo Mantido para Venda no Ativo Circulante.

A negociação foi realizada com a entrada dos recursos no caixa da Celesc G em 30 de abril, conforme NE 37 – Eventos Subsequentes.

2.1.2.4. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto, que já foi aprovado pela ANEEL em 2022, por meio do Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH o nº 1.102, obteve um importante avanço em 2024, com a emissão, pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA, da Licença Ambiental de Instalação.

Ao longo de 2025, a Celesc G pretende obter a autorização de construção junto à ANEEL, visando a realização do processo licitatório para início da construção. O cronograma prevê 24 meses de obras com investimento aproximado de R\$70,0 milhões.

A energia decorrente do projeto de ampliação será destinada ao ambiente de comercialização livre, podendo, a critério da Celesc G, ser negociada em ambiente de leilão regulado pela ANEEL.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Neste momento, o projeto está na fase final de aprovação, aguardando somente a emissão da Outorga pelo MME.

A obra está estimada em 30 meses com um investimento na ordem de R\$240,0 milhões. Parte dos recursos para esse investimento será captada no BNDES, em 2025.

c) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 8,4MW, está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010, identificaram potencial de ampliação de geração de energia na Usina Cedros, através da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente. Considerando estes estudos, foi elaborado o projeto de ampliação da usina.

Notas Explicativas

Além da identificação de ampliação de geração na casa de força existente, os mesmos estudos identificaram a possibilidade de geração na barragem do Pinhal.

A barragem do Pinhal faz parte do complexo da Usina Cedros, trata-se de uma barragem que foi construída para regularização das vazões do rio Cedros, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Cedros, localizada a jusante na cascata.

Os resultados dos estudos realizados à época, não tiveram avanços, tendo em vista a aproximação, à época, do término das concessões das usinas e suas indefinições.

Para retomada do projeto, em 2023, foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas do complexo, considerando a ampliação da Usina Cedros e a construção da CGH Pinhal de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Os novos estudos identificaram a viabilidade de construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, além da instalação de uma nova unidade geradora de 10,2 MW de potência na casa de força da Usina Cedros.

Para 2025, está em andamento a contratação da consolidação do Projeto Básico. O PBC será constituído de desenhos, memoriais de cálculo, estudos hidrológicos, estudos hidroenergéticos, memoriais descritivos, caderno de especificações e encargos, planilha orçamentária com composições de custos, cronograma físico-financeiro, sumário executivo e relatório texto do projeto, entre outros, elaborados conforme as diretrizes de projeto de usinas hidrelétricas da Eletrobras e demais legislações vigentes da ANEEL acerca do tema, resultando na aprovação deste novo projeto consolidado.

d) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 24,6MW, está em operação desde 1963. A barragem do Rio Bonito faz parte do complexo da Usina Palmeiras, trata-se de uma barragem que foi construída em 1959 para regularização das vazões do rio Palmeiras, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Palmeiras, localizada a jusante na cascata.

Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de geração de energia através da motorização das vazões da adufa de fundo da barragem. Neste sentido, ainda em 2010, foi elaborado o projeto de ampliação do complexo, considerando a construção de nova CGH na barragem Rio Bonito.

Os resultados dos estudos realizados à época, considerando nova usina classificada como CGH não foram satisfatórios, visto que este modelo afetaria negativamente os aspectos operacionais do complexo já existente, não fazendo o aproveitamento ótimo das vazões disponíveis.

Então, para retomada do projeto, em 2023 foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas, considerando as ampliações da Palmeiras de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Com a contratação da consolidação do projeto básico realizada em 2024, os estudos realizados, detalhamento do projeto incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram para o empreendimento uma configuração com potência instalada de 0,50 MW.

Para 2025, pretende-se avançar nas tratativas ambientais e regulatórias visando a viabilização da construção da ampliação da Usina.

2.1.2.5. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. No primeiro trimestre de 2025, há 5,0 MW em projetos em implantação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Capivari I	Capivari de Baixo/SC	3,00	Mai.2025	Em implantação
UFV Modelo II e III	Modelo/SC	2,00	Jun.2025	Em implantação
Total		5,00		

Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

b) Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina. O projeto, que começou em 2015, teve como principais resultados a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos, bem como a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta com 35 estações e deve chegar a mais de 50 estações ao final da terceira etapa, conforme exposto na figura a seguir.

Projeção de consolidação do Corredor Elétrico Catarinense ao final do Projeto de P&D da Celesc D



A Celesc G implantará, a partir de 2025, a expansão do Corredor Elétrico Catarinense, que visa ampliar a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos ou híbridos no Estado de Santa Catarina. O objetivo do projeto é disponibilizar estações de recarga em 100 diferentes municípios catarinenses, não somente ao longo dos principais eixos viários do estado de Santa Catarina, mas também em áreas de interesse turístico. Busca-se ainda, sempre que tecnicamente viável, que as estações de recarga tenham uma distância de até 50 km entre uma e outra, tudo isso para proporcionar segurança e conforto aos usuários de veículos híbridos e elétricos em nosso estado.

Notas Explicativas

Este projeto contará com duas grandes etapas, quais sejam:

- 1 – Prospecção e seleção dos locais para instalação das estações de recarga; e
- 2 – Licitação das obras para instalação, operação e manutenção das estações de recarga.

O investimento está estimado em pouco mais de R\$5 milhões. A inserção de eletropostos no estado de Santa Catarina reforça o compromisso da empresa com a transição energética e destacando-a na promoção de soluções ecológicas.

c) Comercialização de Energia

Além dos projetos de geração e transmissão de energia elétrica, a Celesc G, desde sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica produzida pelo parque gerador próprio e de algumas de suas participadas. Mais recentemente, em atendimento às diretrizes estratégicas do Plano Diretor, buscando a diversificação dos negócios do Grupo de forma a propiciar novos negócios e receitas, maximizando os benefícios de sua presença territorial, a Companhia aprovou o Plano de Negócio de Comercialização de Energia, que amplia a atuação da Celesc G nesse segmento.

Ressalta-se que, em 24 de janeiro de 2024, a Celesc G obteve a habilitação para atuar como comercializador varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme Deliberação da Reunião nº 1379/2024 do Conselho de Administração. Dessa forma, poderá atender todos os clientes do Grupo A (alta e média tensão de fornecimento) que são elegíveis para migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista, liberalização fundamentada na Portaria nº 50/2022, do Ministério de Minas Energia (MME).

A estruturação da Celesc G como um agente comercializador varejista de energia segue as premissas do Plano Diretor da Companhia, bem como as tendências do setor elétrico.

2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%.
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,86%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma

Notas Explicativas

internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2025. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo “A” da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 4.3 - Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 – Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- NE 19 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 19.4 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 28 – Contingências: definição do grau de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 - Instrumentos financeiros: previsão de entradas e saídas no fluxo de caixa;
- NE 9.2 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos e as principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- NE 13.1 - Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 - Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 14.1 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável

Notas Explicativas

dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;

- NE 15 - Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 17.2 - Realização de Ativos Fiscais Diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- NE 17.7 - Incerteza Sobre Tratamento de Tributos Sobre o Lucro - incerteza no tratamento fiscal e na determinação do lucro tributável;
- NE 19 - Imobilizado: taxa de depreciação e vida útil dos ativos;
- NEs 19.2 - *Impairment* de Ativos Não Financeiros: definição de premissas, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NE 19.4 - Prazo do arrendamento: definição das taxas de desconto e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 - Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa, previsão de vida útil e taxa de amortização;
- NE 24 - Instrumentos financeiros derivativos: as premissas são baseadas nas condições da marcação a mercado, existentes na data do balanço, para calcular o valor justo;
- NE 28 - Provisões para Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões, considerando, ainda, as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e as jurisprudências;
- NE 29 - Benefícios a Empregados: definição das principais premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs 9 e 33.1 - Receita Não Faturada - Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 30 - Crédito de PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo; e,
- NE 33.2 - Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicada em 28 de março de 2025, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observou-se para fins de melhor divulgação a

Notas Explicativas

reclassificação dos juros capitalizados, nos valores correspondentes no período encerrado em 31 de março de 2024, sendo que tal reclassificação teve efeito imaterial.

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB, serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Substituirá o CPC 26	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

Utiliza-se uma matriz de provisões como expediente prático para estimar perdas de crédito esperadas, considerando a realidade histórica, as condições atuais e as previsões razoáveis de futuro, sem desconsiderar as questões de mercado (NE 9.2).

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

Descrição	Controladora			Consolidado	
	NE	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	98.864	96.878	755.323	1.019.482
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.740.315	2.242.824
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	379.481	372.867
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	171.786	168.770
Títulos e Valores Mobiliários (e)	12	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (f)	14	-	-	1.033.848	948.715
Total		99.072	97.086	5.080.961	4.752.866

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares (NE 9.2).

Notas Explicativas

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	31.03.2025	Consolidado
			31.03.2024
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(13.712)	(28.432)
Total		(13.712)	(28.432)

5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 31 de março de 2025.

Notas Explicativas

Descrição	Taxas % (i)	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado	
							Total valor Futuro	Total Valor Contábil
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	10.876	9.329	148.475	525.056	-	693.736	653.919
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		9.497	-	-	-	-	9.497	9.497
Eletrobras	5% a.a.	145	-	-	-	-	145	145
Debêntures – Celesc D	CDI + 0,95% a 2,6% a.a.	37.997	25.493	115.742	496.622	174.239	850.093	787.503
Debêntures - Celesc D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	19.354	-	-	301.462	1.253.671	1.574.487	1.386.097
Instrumento Financeiro Derivativo	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	-	11.364	82.221	-	-	93.585	92.727
Entidade de Previdência Privada		24.152	24.057	108.257	577.369	886.052	1.619.887	1.619.887
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.713	3.135	26.922	7.180	40.950	38.601
Fornecedores		637.201	373.705	68	-	-	1.010.974	1.010.974
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	35.644	71.682	335.263	196.568	-	639.157	566.570
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	-	-	-	-	-	-	-
BID	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	108.314	-	35.012	353.337	1.625.289	2.121.952	1.351.266
Passivo de Arrendamento		867	2.273	4.333	2.814	954	11.241	11.241
Total		884.047	521.616	832.506	2.480.150	3.947.385	8.665.704	7.528.427

(i) Fontes <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captadas pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições.

Para as debêntures captadas na Celesc D são utilizados derivativos para gerenciar riscos de mercado, aplicando a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade das taxas no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2025, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaborada por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 9,50% e das taxas de inflação em 3,41% para os próximos 12 meses, num cenário benigno, considerado provável. Num cenário adverso, mas possível, estimou essas variações em 15,25% e 7,03%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
CDI / Selic				9,50%	15,25%
	Aplicações Financeiras	8	401.799	439.970	463.073
	Empréstimos	22	(2.005.185)	(2.195.678)	(2.310.976)
	Debêntures	23	(787.503)	(862.316)	(907.597)
	Instrumento Financeiro Derivativos	24	(53.681)	(58.781)	(61.867)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(566.570)	(961.115)	(993.692)
Total			(3.011.140)	(3.637.920)	(3.811.059)
IPCA				3,41%	7,03%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.031.427	1.066.599	1.103.936
	Debêntures	23	(1.424.698)	(1.473.280)	(1.524.854)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	379.481	392.421	406.159
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	171.786	177.644	183.863
Total			157.996	163.384	169.104

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.03.2025	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	654.064	670.585
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.351.266	1.308.800
Debêntures	23	2.212.201	2.223.622
Instrumento Financeiro Derivativos	24	53.681	70.230
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(755.323)	(1.019.482)
Dívida Líquida		3.515.889	3.253.755
Total do Patrimônio Líquido		3.863.834	3.671.279
Total do Capital		7.379.723	6.925.034
Índice de Alavancagem Financeira (%)		47,64%	46,99%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Notas Explicativas

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Ativos Financeiros	NE	Nível	31.03.2025		31.12.2024	
			Valor	Valor	Valor	Valor
			Contábil	Justo	Contábil	Justo
Valor justo por meio do resultado			1.072.894	1.072.894	948.715	948.715
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	1.031.427	1.031.427	946.294	946.294
Ativo Indenizatório (concessão geração) (d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (f)		2	39.046	39.046	-	-
Custo amortizado			4.096.375	4.096.375	3.853.413	3.853.413
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		755.323	755.323	1.019.482	1.019.482
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			49.470	49.470	49.470	49.470
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.740.315	2.740.315	2.242.824	2.242.824
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		379.481	379.481	372.867	372.867
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		171.786	171.786	168.770	168.770
Valor justo por meio do resultado abrangente			208	208	208	208
Títulos e Valores Mobiliários (c)	12	1	208	208	208	208
Total			5.169.477	5.169.477	4.802.336	4.802.336

Passivos Financeiros	NE	Nível	31.03.2025		31.12.2024	
			Valor	Valor	Valor	Valor
			Contábil	Justo	Contábil	Justo
Valor justo por meio do resultado			1.478.824	1.517.178	1.440.406	1.477.319
Debêntures	23	2	1.386.097	1.424.451	1.370.176	1.407.089
Instrumentos Financeiros Derivativos (f)	24	2	92.727	92.727	70.230	70.230
Custo amortizado			4.686.277	4.704.094	4.457.794	4.470.049
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		566.570	566.570	409.999	409.999
Fornecedores (e)	21		1.010.974	1.010.974	992.713	992.713
Empréstimos e financiamentos (b)	22	2	2.005.330	2.011.328	1.979.385	1.979.903
Debêntures (b)	23	2	826.104	837.923	853.446	865.183
Dividendos e JSCP (e)	11		267.802	267.802	212.754	212.754
Encargos Setoriais – CDE (e)	26		9.497	9.497	9.497	9.497
Total			6.165.101	6.221.272	5.898.200	5.947.368

Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Títulos e Valores Mobiliários, são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Notas Explicativas

	Consolidado	
Contas a Receber de Clientes	31.03.2025	31.12.2024
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.116.922	889.689
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	1.129.202	906.067
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	1.031.749	929.791
Subtotal	3.277.873	2.725.547
PECLD com clientes (NE 9.2)	(537.558)	(482.723)
Total	2.740.315	2.242.824

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Recursos em Banco e em Caixa	21	6	27.016	85.970
Aplicações Financeiras	25.950	26.162	401.799	128.362
Fundos de Investimentos	72.893	70.710	326.508	805.150
Total	98.864	96.878	755.323	1.019.482

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda). Em 2024, os títulos também eram CDBs e no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Notas Explicativas

				Consolidado
Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	31.03.2025
Consumidores (i)	937.418	617.616	848.788	2.403.822
Residencial	548.722	374.415	431.237	1.354.374
Industrial	74.368	58.513	120.081	252.962
Comércio	186.763	121.756	203.119	511.638
Rural	54.394	39.146	31.921	125.461
Poder Público	39.301	14.315	35.788	89.404
Iluminação Pública	18.773	6.607	11.639	37.019
Serviço Público	15.097	2.864	15.003	32.964
Suprimento a Outras Concessionárias	236.046	28.065	37.016	301.127
Concessionárias e Permissionárias	253.057	23.210	12.334	288.601
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	879	-	-	879
Outros Créditos (iii)	11.018	4.855	24.682	40.555
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(28.908)	-	-	(28.908)
Total	1.173.464	645.681	885.804	2.704.949
Receita Não Faturada	572.924	-	-	572.924
PECLD com Clientes	(9.985)	(15.916)	(511.657)	(537.558)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.736.403	629.765	374.147	2.740.315
Circulante				2.734.080
Não Circulante				6.235

				Consolidado
Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	31.12.2024
Consumidores (i)	693.839	500.847	758.782	1.953.468
Residencial	369.762	268.851	394.759	1.033.372
Industrial	66.511	56.160	105.149	227.820
Comércio	140.068	93.584	189.433	423.085
Rural	46.522	27.842	25.641	100.005
Poder Público	37.100	23.840	23.654	84.594
Iluminação Pública	18.998	9.155	8.681	36.834
Serviço Público	14.878	21.415	11.465	47.758
Suprimento a Outras Concessionárias	202.530	20.812	18.924	242.266
Concessionárias e Permissionárias	222.565	16.808	10.812	250.185
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	211	-	-	211
Outros Créditos (iii)	10.425	4.004	8.112	22.541
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(30.671)	-	-	(30.671)
Total	896.369	521.659	777.706	2.195.734
Receita Não Faturada	529.813	-	-	529.813
PECLD com Clientes	(7.850)	(12.202)	(462.671)	(482.723)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.418.332	509.457	315.035	2.242.824
Circulante				2.238.333
Não Circulante				4.491

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores recebidos de processos judiciais, nos quais a empresa obteve êxito, serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados nos ativos da empresa, assim que os processos forem identificados.

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Consumidores		
Residencial	255.381	228.167
Industrial	107.395	94.224
Comércio, Serviços e Outras	106.674	103.163
Rural	9.626	8.212
Poder Público	3.350	1.779
Iluminação Pública	6.458	3.931
Serviço Público	8.651	5.841
Concessionárias e Permissionárias	82	244
Consumidores Livres	6.916	5.830
Outros	33.025	31.332
Total Circulante	537.558	482.723

Abaixo, segue a demonstração da movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2023	351.519
Provisão/Reversão Constituída no Período	27.152
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(14.888)
Saldo em 31.03.2024	363.783
Saldo em 31.12.2024	482.723
Provisão/Reversão Constituída no Período	68.547
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(13.712)
Saldo em 31.03.2025	537.558

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Anualmente, no encerramento do exercício, a Companhia revisa e atualiza a matriz de risco de crédito, reavaliando se houve aumento ou diminuição do risco. Excepcionalmente, a matriz de perdas estimadas de crédito utilizada no encerramento do exercício de 2023 foi mantida, pois é considerada mais aderente à evolução histórica da inadimplência dos consumidores da Celesc D, visto que a Companhia optou por suspender o corte dos consumidores em atraso até que se conclua a implementação do novo sistema comercial, com as clarificações necessárias previstas para 2025.

Desta forma, a Companhia manteve os dados históricos, com base em dados observáveis atuais anteriormente disponíveis para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

Saldo de Recebíveis	Concessio- nárias e Permissio- nárias*	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
Aging / Meses								
A vencer	249.899	548.722	75.509	185.636	54.394	39.301	18.773	15.097
Vencidos de 0 a 3 meses	23.209	374.415	57.824	121.756	39.146	14.315	6.607	2.864
Vencidos de 3 a 6 meses	5.399	83.824	22.889	40.065	10.382	15.632	6.105	8.162
Vencidos de 6 a 12 meses	4.839	121.197	11.864	51.387	10.099	19.726	5.528	6.816
Vencidos de 12 a 18 meses	562	42.632	11.193	17.201	2.384	242	1	11
Vencidos de 18 a 24 meses	214	33.693	7.797	15.164	2.449	12	1	2
Vencidos de 24 a 36 meses	180	57.709	13.841	29.150	3.558	3	-	10
Vencidos de 36 a 48 meses	98	54.586	24.461	26.694	1.774	76	-	2
Vencidos de 48 a 60 meses	1.041	32.946	9.001	19.046	1.149	57	-	-
Vencidos há + 60 meses	1	4.650	19.035	4.412	126	40	4	-
Total	285.442	1.354.374	253.414	510.511	125.461	89.404	37.019	32.964

Notas Explicativas

Expectativa de Perda Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre o JCP creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, aplicações financeiras, retenções de tributos e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante o primeiro trimestre de 2025.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL a compensar	62.898	71.041	160.457	110.766
Total	62.898	71.041	160.457	110.766

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	458.105	483.691
ICMS	55.874	58.404
PIS/COFINS (i)	22.622	21.807
Outros	743	739
Total	537.344	564.641
Circulante	191.042	195.932
Não Circulante	346.302	368.709

- (i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, a partir do exercício de 2023.

10.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

Descrição	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	483.691
Atualização financeira	9.964
Baixa por utilização do crédito	(35.550)
Saldo em 31.03.2025	458.105
Circulante	142.201
Não Circulante	315.904

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do

Notas Explicativas

mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vencidos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Descrição	Controladora	
	31.03.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	1.397	1.397
Dividendos ECTE	4.378	4.378
Dividendos DFESA	54	54
JCP Celesc G	45.072	45.072
JCP Celesc D	231.620	175.302
JCP SCGÁS	1.914	1.400
JCP Casan	4.356	4.356
Total Circulante	288.791	231.959

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	1.397	1.397
Dividendos ECTE	4.378	4.378
Dividendos DFESA	54	54
Dividendos Rio das Flores	730	-
Dividendos Xavantina	631	-
JCP SCGÁS	1.914	1.400
JCP Casan	4.356	4.356
JCP EDP Transmissão Aliança	3.222	3.222
Total Circulante	16.682	14.807

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
ICMS ST (i)	-	-	55.517	56.420
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	49.470	49.470
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	48.354	46.679
Diferença Reembolso CDE	-	-	39.994	21.726
Adiantamento Proinfra (iii)	-	-	28.915	28.916
Estoques (iv)	-	-	21.114	21.432
Adiantamentos Diversos (v)	73	81	13.179	9.878
Alienação de Bens e Direitos (vi)	-	-	10.626	10.559
Conta Bandeiras	-	-	7.486	4.253
Programa Baixa Renda	-	-	7.438	7.372
Despesas Pagas Antecipadamente (vii)	218	381	3.620	5.299
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	771	748
Destinado a Alienação	-	-	-	3.168
Títulos e Valores Mobiliários (viii)	208	208	208	208
Outros Créditos (ix)	-	-	5.145	2.319
Total	499	462	292.975	269.585
Circulante	291	462	279.421	256.462
Não Circulante	208	208	13.554	13.123

(i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

Notas Explicativas

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

(v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$628,2 mil), férias (R\$1,5 milhão) e vale-alimentação (R\$7,1 milhões).

(vi) Alienação de Bens e Direitos

Venda de um terreno, no mês de junho de 2024, à Prefeitura de Criciúma, o valor total do contrato foi de R\$10,3 milhões, parcelado em 180 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.

(vii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$2,8 milhões.

(viii) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

(ix) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Notas Explicativas

	Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024
CVA 2024 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	52.513	85.797
CVA 2024 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	51.336	113.525
Total – CVA	103.849	199.322
Outros Itens - Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	(273.743)	(447.331)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(396.676)	(161.990)
Total – Outros Itens – CVA	(670.419)	(609.321)
Total	(566.570)	(409.999)

Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	31.12.2024	Apropriação	Amorti- zação	Remune- ração	Transferên- cias	31.03.2025	Saldo em Amortização (i)	Saldo em Constituição (ii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	521.681	(85.174)	(112.129)	16.342	-	340.720	169.581	171.139	273.215	67.505
Aquisição de Energia	106.317	(108.962)	-	2.645	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	17.444	-	2.115	-	19.559	-	19.559	11.844	7.715
Transporte Rede Básica (a)	143.409	24.541	(43.921)	3.988	-	128.017	65.828	62.189	103.487	24.530
Transporte de Energia	13.011	2.203	(5.314)	338	-	10.238	7.963	2.275	9.341	897
ESS (b)	113.291	23.058	(21.921)	4.805	-	119.233	32.856	86.377	85.162	34.071
CDE	53.181	-	(21.718)	1.087	-	32.550	32.550	-	32.550	-
Neutralidade Parcela A	42.353	(43.691)	-	1.338	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	25.039	-	(9.713)	-	-	15.326	15.326	-	15.326	-
Crédito de PIS/COFINS	23.519	-	(9.123)	-	-	14.396	14.396	-	14.396	-
Outros	1.561	233	(419)	26	-	1.401	662	739	1.109	292
Passivo Financeiro Setorial	(931.680)	(204.870)	250.683	(19.417)	(2.006)	(907.290)	(390.811)	(516.479)	(698.589)	(208.701)
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (c)	(65.890)	(65.147)	28.305	(2.983)	-	(105.715)	(40.329)	(65.386)	(79.924)	(25.791)
Custo da Energia de Itaipu (d)	(91.067)	-	26.430	(1.021)	-	(65.658)	(41.700)	(23.958)	(56.208)	(9.450)
Proinfa	(7.605)	-	3.106	(156)	-	(4.655)	(4.655)	-	(4.655)	-
Transporte de Energia - Itaipu	(67)	53	-	14	-	-	-	-	-	-
CDE	(65.258)	37.871	-	(2.333)	-	(29.720)	-	(29.720)	(17.997)	(11.723)
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A (e)	(133.673)	(85.975)	51.856	(1.325)	-	(169.117)	(81.817)	(87.300)	(134.682)	(34.435)
Devoluções Tarifárias	(73.846)	(22.511)	17.329	(962)	-	(79.990)	(27.341)	(52.649)	(54.159)	(25.831)
Bandeiras Tarifárias	(19.779)	19.565	-	-	-	(214)	-	(214)	(214)	-
Risco Hidrológico (f)	(412.359)	(82.394)	104.629	(8.332)	-	(398.456)	(165.079)	(233.377)	(306.402)	(92.054)
CDE Modicidade Eletrobras	(45.567)	-	15.514	(1.573)	-	(31.626)	(24.478)	(7.148)	(28.807)	(2.819)
Bônus Itaipu - Decreto 11.027/2022	-	(1.354)	-	(25)	-	(1.379)	-	(1.379)	(835)	(544)
Outros	(16.569)	(4.978)	3.514	(721)	(2.006)	(20.760)	(5.412)	(15.348)	(14.706)	(6.054)
Saldo Ativos/(Passivos)	(409.999)	(290.044)	138.554	(3.075)	(2.006)	(566.570)	(221.230)	(345.340)	(425.374)	(141.196)

Notas Explicativas

O saldo do ativo financeiro setorial em constituição é em função da cobertura tarifária não estar aderente em relação aos custos incorridos, ou seja, uma cobertura tarifária insuficiente para cobrir todos os custos gerando um valor a ser recebido no RTA de 2025.

- (i) Saldo em amortização – corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2024.
- (ii) Saldo em constituição – corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2025:
 - a) Transporte Rede Básica: A constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.
 - b) Encargos de Serviços de Sistema (ESS)– A conta encargos foi pressionada pelos custos relacionados a escassez de energia hidráulica.
 - c) Custos de Aquisição de Energia – O montante expressivo da CVA energia se deve ao aumento das contas relacionadas a energia dentro do Sumário 001. Principalmente as contas que refletem os efeitos das usinas, provocados pela escassez de energia hídrica no SIN.
 - d) Custo da energia de Itaipu: reflete a variação da conta em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix.
 - e) Neutralidade da Parcela A: A Conta captura a variação entre os valores faturados e os valores determinados como cobertura para a Parcela A da Celesc, ou seja, os custos não gerenciáveis.
 - f) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário em agosto de 2025.

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado				
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras
Saldo em 31.12.2024	54.304	78.243	59.615	36.284	144.421
Circulante					
Não Circulante					
Atualização Monetária	1.063	1.532	1.168	708	2.837
Juros	1.616	2.361	1.739	1.227	3.787
Amortização	(1.719)	(2.483)	(1.842)	(1.264)	(4.116)
Saldo em 31.03.2025	55.264	79.653	60.680	36.955	146.929
Circulante					
Não Circulante					

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	1.031.427	946.294
Em Serviço	1.031.427	946.294
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	174.207	171.191
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	171.786	168.770
Total	1.205.634	1.117.485
Circulante	19.439	19.039
Não Circulante	1.186.195	1.098.446

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2024	946.294
(-) Transferência de Ativo de Contrato	72.786
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	13.832
(-) Resgate	(1.485)
Saldo em 31.03.2025	1.031.427
(i) IPCA	

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

Notas Explicativas

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados as concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021 a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, no decorrer do biênio 2023-2024, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o Artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do Artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 31 de março de 2025, o saldo atualizado é de R\$171,8 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2024/2025, R\$19,9 milhões se referem à indenização.

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
Saldo em 31.12.2024	168.770
Atualização Monetária	3.313
Juros	4.697
Amortização	(4.994)
Saldo em 31.03.2025	171.786
Circulante	19.439
Não Circulante	152.347

Notas Explicativas**15. ATIVO DE CONTRATO**

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2024	771.357
(-) Transferências para Ativo Intangível	(80.004)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(72.787)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	264.940
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	23.736
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(50.327)
Saldo em 31.03.2025	856.915

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$23,7 milhões de bens administrativos investidos no primeiro trimestre de 2025, R\$20,4 milhões foram investimentos em software. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- Software e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
Fundação de Seguridade (i)				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	1.621.142
Faturamento Energia	-	-	7	-
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA (ii)				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	54	-
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.798	-	2.798	-
EDP				
Dividendos e JCP	-	-	3.222	-
ECTE				
Dividendos e JCP	4,378	-	4.378	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-
Celesc D (iii)				
Pessoal à Disposição	-	891	-	-
Dividendos e JCP	175.302	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	227.604	891	10.459	1.622.498
Fundação de Seguridade				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	91	-	1.619.887
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	54	-
SC Gás				
Dividendos e JCP	3.312	-	3.312	-
EDP				
Dividendos e JCP	-	-	3.222	-
Rio das Flores				
Dividendos e JCP	-	-	730	-
Xavantina				
Dividendos e JCP	-	-	631	-
ECTE				
Dividendos e JCP	4.378	-	4.378	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-
Celesc D				
Pessoal à Disposição	-	747	-	-
Dividendos e JCP	231.620	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	284.436	838	12.327	1.621.243

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(4)	-	-	(36.293)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	28	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(3.612)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(459)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(2.172)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	(2.176)	(459)	-	(36.293)	28	(3.612)
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(6)	-	-	(41)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	26	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(3.572)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(437)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(747)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	(753)	(437)	-	(41)	26	(3.572)

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato inicialmente firmado entre as partes, para o período de dez anos (2015-2025), foi prorrogado até 31 de agosto de 2033, para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por MW médios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato de o Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS, relacionada a i) obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses e ii) obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual denominado Pacto Pelas Estradas.

16.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Honorários	1.926	1.713	1.926	1.713
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	-	-	-	-
Encargos Sociais	534	450	534	450
Outros	271	306	271	306
Total	2.731	2.469	2.731	2.469

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.03.2025	Consolidado 31.12.2024
Ativo	603.316	659.034
Passivo	(112.239)	(108.460)
Tributo Diferido Líquido	491.077	550.574

Do total de R\$ 491,1 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$ 603,3 milhões do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$112,2 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Provisão p/ Contingências	120.364	146.346	-	-	120.364	146.346
Provisão p/ Perdas em Ativos	31.233	37.426	-	-	31.233	37.426
Benefício Pós-Emprego	572.807	573.620	-	-	572.807	573.620
Arrendamento – CPC 06	226	226	-	-	226	226
Custo Atribuído	-	-	6.285	6.356	(6.285)	(6.356)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	42.912	43.442	(42.912)	(43.442)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	52.875	53.527	(52.875)	(53.527)
Bonificação de Outorga	-	-	69.888	67.242	(69.888)	(67.242)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	26.749	25.497	(26.749)	(25.497)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.750	13.882	(13.750)	(13.882)
Operações Hedge	-	3.190	20.827	-	(20.827)	3.190
Outras Provisões	-	-	267	288	(267)	(288)
Total	724.630	760.808	233.553	210.234	491.077	550.574

17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$96,3 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o

Notas Explicativas

atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2025 são:

Ano	31.03.2025	Consolidado
		31.12.2024
2025	2.788	34.472
2026	17.199	17.199
2027	15.122	15.122
2028	13.663	13.663
2029+	675.858	680.352
Total	724.630	760.808

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2023	23.971
(-) Baixa do Custo Atribuído	(841)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	286
Saldo em 31.12.2024	23.416
(-) Baixa do Custo Atribuído	(210)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	71
Saldo em 31.03.2025	23.277

17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2023	1.427.541
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(386.707)
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	131.480
Saldo em 31.12.2024	1.172.314
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 31.03.2025	1.172.314

17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	252.683	231.023	377.745	324.145
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(85.912)	(78.548)	(128.433)	(110.209)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	87.463	82.023	5.770	5.125
Benefício Fiscal	-	-	(34)	(35)
Incentivo Fiscal	-	-	1.124	1.354
Juros sobre Capital Próprio	(2.850)	(2.089)	19.677	14.443
Provisões Indedutíveis	6.681	391	6.681	391
Multas Indedutíveis	-	-	(24.467)	(3.592)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	(2.487)	(933)	(2.486)	(933)
Participação dos Administradores	(106)	(111)	(127)	(130)
Lei do Bem	-	-	-	518
Outras Adições (Exclusões)	(2.789)	255	(2.767)	934
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	988	(125.062)	(92.134)
Corrente	-	70	(65.566)	(72.281)
Diferido	-	918	(59.496)	(19.853)
Alíquota Efetiva	0,00%	-0,43%	33,11%	28,42%

17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL**17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1**

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o artigo 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$ 264,66 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

Notas Explicativas**17.7.2. Apuração IRPJ e CSLL - Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS**

Em 16 de julho de 2024 a SERFB iniciou procedimento de ação fiscal TIF nº 08.1.69.00-2024-00068-5. Desse procedimento resultou, em 25 de novembro de 2024, na lavratura do auto de infração através do PAF nº 17459-720.040/2024-71 no valor de R\$746,6 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à constituição de crédito de IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, assim imputando à concessionária:

a) Ausência de adição ao lucro líquido oriunda de indébito tributário, referente à ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, nos anos-calendário 2019 e 2020;

b) Multa isolada por falta de reconhecimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL, nos anos-calendário 2019 e 2020.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados de próprio entendimento expresso pelas próprias autoridades fiscais, durante a primeira etapa do procedimento de fiscalização, onde foi expressamente indicado concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 24 de dezembro de 2024, a Celesc apresentou pedido de impugnação junto à Delegacia de Julgamento – DRJ pretendendo demonstrar a improcedência das acusações fiscais e a necessidade de cancelamento integral das exigências fiscais. A Companhia acompanha o andamento do Processo Administrativo Fiscal.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Controladas	3.344.397	3.167.330	-	-
Celesc D	2.486.246	2.336.421	-	-
Celesc G	858.151	830.909	-	-
Controladas em Conjunto	169.615	164.648	169.615	164.648
SCGÁS	169.615	164.648	169.615	164.648
Coligadas	107.846	101.514	165.901	218.211
ECTE	71.625	66.784	71.625	66.784
DFESA	36.221	34.730	36.221	34.730
SPEs	-	-	58.055	116.697
Total	3.621.858	3.433.492	335.516	382.859

18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Controladora					
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
Saldo em 31.12.2024										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.527.841	7.921.476	2.965.847	6.147.049	2.336.421	10.478.617	591.104
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	193.745	847.572	70.707	139.701	830.909	189.436	103.149
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247
Saldo em 31.03.2025										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.821.189	8.258.666	3.251.994	6.341.615	2.486.246	2.923.599	216.082
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	269.750	803.099	70.551	144.147	858.151	56.835	27.242
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	142.878	557.990	64.402	404.557	231.909	17.456	15.672
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	592.808	545.655	218.722	86.094	833.647	404.064	44.631
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	23.315	151.611	16.797	853	157.276	16.468	6.475

Notas Explicativas

Consolidado

Consolidado											
	Ações da Companhia	Participação da Companhia			Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
Descrição	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante							
Saldo em 31.12.2024											
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	145.706	549.750		72.869	406.351	216.236	61.909	56.697
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	582.922	553.179		241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	18.939	152.987		17.967	3.158	150.801	66.969	23.247
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	1.894	40.454		71	600	41.677	4.898	(1.236)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,070%	32.120	49.215		28.090	1.696	51.549	15.636	11.738
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	3.290	28.386		2.288	-	29.388	13.343	2.867
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.326	53.347		1.795	12.708	40.170	5.885	586
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,000%	342.659	2.303.406		810.904	1.215.318	619.843	300.936	91.398
Saldo em 31.03.2025											
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	142.878	557.990		64.402	404.557	231.909	17.456	15.672
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	592.808	545.655		218.722	86.094	833.647	404.064	44.631
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	23.315	151.611		16.797	853	157.276	16.468	6.475
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	1.159	39.789		471	-	40.477	1.491	(1.200)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,070%	36.715	48.743		31.597	1.696	52.165	3.063	3.417
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	4.242	27.974		3.642	-	28.574	2.545	761
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.425	53.166		1.815	12.389	40.387	580	216

18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Investimentos	2.336.421	830.909	66.784	136.386	34.730	3.405.230
Direito de Concessão	-	-	-	28.262	-	28.262
Saldo em 31.12.2024	2.336.421	830.909	66.784	164.648	34.730	3.433.492
Dividendos e JCP Creditados	(66.257)	-	-	(2.252)	-	(68.509)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(368)	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	216.082	27.242	4.841	7.587	1.491	257.243
Investimentos	2.486.246	858.151	71.625	141.721	36.221	3.593.964
Direito de Concessão	-	-	-	27.894	-	27.894
Saldo em 31.03.2025	2.486.246	858.151	71.625	169.615	36.221	3.621.858

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs	Total
Investimentos	66.784	136.386	34.730	116.415	354.315
Direito de Concessão	-	28.262	-	-	28.262
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2024	66.784	164.648	34.730	116.697	382.859
Dividendos e JCP Creditados	-	(2.252)	-	(1.361)	(3.613)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(368)	-	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.841	7.587	1.491	3.052	16.971
Outros Ajustes	-	-	-	(60.333)	(60.333)
Saldo em 31.03.2025	71.625	169.615	36.221	58.055	335.516
Investimentos	71.625	141.721	36.221	44.374	293.941
Direito de Concessão	-	27.894	-	-	27.894
Ágio	-	-	-	13.681	13.681

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 31 de março de 2025, é de R\$27,9 milhões e, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$28,3 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044.

19. IMOBILIZADO

19.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora	
	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2024	197	197
Custo do Imobilizado	1.146	1.146
Depreciação Acumulada	(949)	(949)
Saldo em 31.12.2024	197	197
Custo do Imobilizado	1.146	1.146
Depreciação Acumulada	(1.008)	(1.008)
Saldo em 31.03.2025	138	138

Notas Explicativas

Taxa Média de Depreciação 40,00%

Consolidado								
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	103.006	41.880	494.567
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(124.982)	(13.223)	(70.092)	(2.122)	-	(34.858)	(252.605)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.719)	(1.719)
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Adições	-	-	-	-	-	7.388	7.380	14.768
Depreciação	-	(221)	(40)	(655)	(96)	-	(2.105)	(3.117)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Saldo em 31.03.2025	9.011	18.815	7.609	63.766	1.872	110.394	10.568	222.035
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	110.394	49.260	509.335
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(125.203)	(13.263)	(70.747)	(2.218)	-	(36.963)	(255.722)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.729)	(1.729)
Saldo em 31.03.2025	9.011	18.815	7.609	63.766	1.872	110.394	10.568	222.035
Taxa Média de Depreciação	-	3,39%	3,14%	3,14%	12,91%	-	46,53%	

19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Consolidado Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	9,4
Móveis e Utensílios	7,3

Operação	Consolidado Percentuais (%)
Prédios e Construções	8,4
Máquinas e Equipamentos	6,5
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5,9
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	4,7

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	197	5.303
Circulante	-	-
Não Circulante	197	5.303
(+) Adições	-	7.380
(-) Depreciação	(59)	(2.105)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(10)
Saldo em 31.03.2025	138	10.568
Circulante	-	-
Não Circulante	138	10.568

Notas Explicativas

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	208	5.978
Circulante	208	2.140
Não Circulante	-	3.838
(+) Adições	-	7.380
(-) Baixas	-	-
(+) Juros Incorridos	4	177
(-) Pagamento Principal	(61)	(2.117)
(-) Juros Pagos	(4)	(177)
Saldo em 31.03.2025	147	11.241
Circulante	147	7.473
Não Circulante	-	3.768

19.4.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
2025/2026	538	665
2026/2027	733	698
2027/2028	785	754
2028/2029	758	766
2029+	954	955
Total	3.768	3.838

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

20. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora
Saldo em 31.12.2023	Direito de Concessão (i)
	3.435
Amortizações	(83)
Saldo em 31.03.2024	3.352
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.896)
Saldo em 31.03.2024	3.352
Saldo em 31.12.2024	2.933
Amortizações	(126)
Saldo em 31.03.2025	2.807
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(11.441)
Saldo em 31.03.2025	2.807
Taxa Média Amortização	0,44%

Notas Explicativas

Consolidado						
Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Custo Total	8.098.802	7.445	45.879	14.248	1.742	8.168.116
Amortização Acumulada	(3.282.655)	(7.319)	(5.049)	(11.315)	-	(3.306.338)
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Baixas	(22.948)	-	-	-	-	(22.948)
Amortizações	(87.235)	(48)	(388)	(126)	-	(87.797)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	80.004	-	-	-	-	80.004
Saldo em 31.03.2025	4.785.968	78	40.442	2.807	1.742	4.831.037
Custo Total	8.155.858	7.445	45.879	14.248	1.742	8.225.172
Amortização Acumulada	(3.369.890)	(7.367)	(5.437)	(11.441)	-	(3.394.135)
Saldo em 31.03.2025	4.785.968	78	40.442	2.807	1.742	4.831.037
Taxa Média Amortização	4,8%	20,0%	3,4%	0,44%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Energia Elétrica	-	-	496.154	507.567
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	209.136	206.964
Materiais e Serviços	721	1.502	137.621	205.560
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	168.063	72.622
Total	721	1.502	1.010.974	992.713

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras e (iii) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Notas Explicativas

		Consolidado	
Descrição		31.03.2025	31.12.2024
Total Moeda Nacional		654.063	670.585
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	560.705	577.028
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.213	93.193
Empréstimos Eletrobras/ENBPar (ii)	5% a.a.	145	364
Circulante		167.119	114.891
Não Circulante		486.944	555.694

		Consolidado	
Descrição		31.03.2025	31.12.2024
Total Moeda Estrangeira		1.351.266	1.308.800
Empréstimos – BID (iii)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.351.266	1.308.800
Circulante		141.428	98.962
Não Circulante		1.209.838	1.209.838

a.a. – ao ano

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022.

Porém, desde dezembro de 2021, ocorreram aditamentos ao contrato e o prazo para liquidação vem sendo postergado, conforme cronograma a seguir:

- 2 de dezembro de 2021 aditamento do principal de R\$93,0 milhões passando o novo prazo a ser em maio de 2023.
- Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024.
- Em novembro de 2024, houve novo aditamento, prorrogando o início da amortização para junho de 2025. As demais parcelas passaram a ser exigidas semestralmente, sendo o término da amortização reprogramado para dezembro de 2029. A taxa de juros foi mantida no percentual original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025.

Em agosto de 2023, houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026.

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada o aditamento e o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, mantendo-se as subseqüentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece a mesma.

Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação

Notas Explicativas

rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O contrato vigente possui amortizações mensais e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

iii) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação foi de US\$276,1 milhões, sendo amortizado em 234 meses, com uma carência de até 66 meses, atingindo um prazo total de 300 meses. A amortização é semestral pelo sistema constante.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Celesc D.

Optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo, portanto, a incidência de variação cambial.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$14,22 milhões, os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$5,152 por dólar, resultando no valor de R\$73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a companhia optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de março de 2025, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2018	9.704	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.211	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.768	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000	CDI + 1,16 a.a.
28.06.2023	28.500	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221	CDI + 0,70 a.a.
Total	276.051	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março, o “Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina”.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2026 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305 milhões. Desse total, US\$243 milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

Notas Explicativas

22.2. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Ano 2025	-	-	-	-	-	-
Ano 2026	87.361	156.111	67.213	67.213	154.574	223.324
Ano 2027	156.111	156.111	67.213	67.213	223.324	223.324
Ano 2028+	243.472	243.472	1.075.412	1.075.412	1.318.884	1.318.884
Total	486.944	555.694	1.209.838	1.209.838	1.696.782	1.765.532

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	114.891	555.694	670.585
Encargos Provisionados	21.913	-	21.913
Transferências	68.750	(68.750)	-
Amortizações de Principal	(218)	-	(218)
Pagamentos de Encargos	(38.217)	-	(38.217)
Saldos em 31 de março de 2025	167.119	486.944	654.063

22.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	98.962	1.209.838	1.308.800
Encargos Provisionados	42.466	-	42.466
Saldos em 31 de março de 2025	141.428	1.209.838	1.351.266

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Item – Debêntures 2021	Detalhes
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	15 de abril de 2026
Tipo de Debênture	Quirografia, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 31/03/2025	R\$214,9 milhões (remuneração) e R\$383,7 milhões (principal)
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3

23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Notas Explicativas

23.2.1. Primeira Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + spread 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 31/03/2025	R\$48,4 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

23.2.2. Segunda Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 31/03/2025	R\$26,2 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

23.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

23.3.1 Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 31/03/2025	R\$10,7 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

Notas Explicativas

23.3.2 Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 31/03/2025	R\$32,1 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

23.4. Debêntures 2020 – Celesc G

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 31/03/2025	R\$7,21 milhões (remuneração) e R\$9,30 milhões (principal)
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,50

23.5. Movimentação das Debêntures

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2024	2.223.622
Encargos Provisionados	80.787
Pagamentos Encargos	(49.568)
Pagamentos do Principal	(38.372)
Custos na Emissão de Debêntures	1.626
Marcação a Mercado (VJR)	(5.894)
Saldo em 31.03.2025	2.212.201
Circulante	203.946
Não Circulante	2.008.255

23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

	Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024
Ano 2025	4.969	6.595
Ano 2026	5.939	5.939
Ano 2027	5.675	5.675
Ano 2028+	27.369	27.369
Total	43.952	45.578

Notas Explicativas

23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

						Controladora
Descrição	31.12.2024	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.03.2025
Dividendos e JCP a Pagar	212.754	-	-	-	55.048	267.802
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.3)	208	(61)	(61)	(4)	4	147
Total	212.962	(61)	(61)	(4)	55.052	267.949

								Consolidado
		Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	
Descrição	31.12.2024							31.03.2025
Instrumentos Financeiros								
Derivativos	70.230	-	(10.653)	(10.653)	-	(5.896)	39.046	92.727
Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	-	(218)	(218)	(38.216)	-	64.379	2.005.330
Debêntures	2.223.622	-	(38.372)	(38.372)	(49.568)	(5.894)	82.413	2.212.201
Dividendos/JCP	212.754	-	-	-	-	-	55.048	267.802
Passivo de Arrendamento	5.978	-	(2.117)	(2.117)	(177)	-	7.557	11.241
Total	4.491.969	-	(51.360)	(51.360)	(87.961)	(11.790)	248.443	4.589.301

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$64,4 milhões. As debêntures totalizaram R\$82,4 milhões, sendo R\$1,6 milhão desse total referentes às custas com debêntures incorridas em no primeiro trimestre de 2025.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica e financeira contra a volatilidade das taxas de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, reavaliados periodicamente ao seu valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o swap.

A contratação de operação de *swap* para fins de *hedge* foi realizada para as 6ª e 7ª Emissões de Debêntures na Celesc D.

A operação de *swap* para fins de *hedge* tem como objetivo trocar a dívida da Celesc D, vinculada ao IPCA por uma obrigação financeira vinculada ao CDI, baseada principalmente nas seguintes premissas:

- A Celesc possui suas aplicações vinculadas ao CDI, portanto, há o risco de ocorrer um desentaxa financeiro caso aconteçam mudanças consideráveis na macroeconomia em relação a um aumento do IPCA e/ou a uma redução do CDI;
- O IPCA é um indicador macroeconômico de maior volatilidade e, portanto, de menor previsibilidade comparado a taxa de CDI, apresentando maior risco para a Companhia.

Em 15 de outubro de 2024, a Celesc D realizou o *swap* da sexta emissão com o Banco Safra e o da sétima com a XP Investimentos. Com a contratação do *swap* a Companhia poderá mitigar o risco de ocorrência de desentaxa financeiro quando a variação do CDI não acompanhar a variação do IPCA.

Embora a operação de *swap* proporcione benefícios significativos, é importante estar ciente que também há risco de mercado associado devido a imprevisibilidade do cenário macroeconômico, no qual as taxas de mercado podem variar de forma inesperada. Na avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia não exclui a parcela referente ao risco de crédito da contraparte, considerando que os contratos são firmados com instituições financeiras de alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

As operações de derivativos vinculadas aos programas de *hedge* da Companhia estão apresentadas nos quadros a seguir, contendo informações detalhadas sobre o tipo de instrumento, valor de referência, vencimento.

Notas Explicativas

Para assegurar a aderência entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo, baseada na análise dos termos críticos do item protegido e dos derivativos contratados. Esse procedimento tem o objetivo de verificar se as variações nos fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge possuem correlação suficiente para garantir a compensação mútua dos riscos.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15/10/2024	17/07/2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safrá	15/10/2024	18/11/2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						1.448.424

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Descrição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.230
Marcação a Mercado no Resultado	(5.896)
Amortização	(10.653)
Saldos em 31 de março de 2025	53.681

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (swap) em 31 de março de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.006.911	(1.045.965)	(39.054)
Safrá	417.541	(432.168)	(14.627)
Total	1.424.452	(1.478.133)	(53.681)

As operações mencionadas qualificam-se para a aplicação da contabilidade de hedge (hedge accounting) e estão classificadas como Hedge de Valor Justo aplicável às operações de swap para a conversão de taxas de Juros. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo das operações de swap é realizada com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ), divulgada pela ANBIMA na data-base de 31 de março de 2025.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as oscilações no valor justo do ativo ou passivo protegido, desde que atribuíveis ao risco coberto.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios para contabilidade de hedge, qualquer ajuste no valor contábil do item protegido será amortizado na demonstração do resultado ao longo do período remanescente até o vencimento, conforme o método da taxa efetiva de juros.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.911	1.804	135.950	135.152
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	21.456	27.362
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	5.642	11.345
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	44.316	33.915
Folha de Pagamento Líquida	355	361	16.971	18.980
Total	2.266	2.165	224.335	226.754
Circulante	2.266	2.165	217.686	217.785
Não Circulante	-	-	6.649	8.969

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais,

Notas Explicativas

otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas. Em 22 de fevereiro de 2016, a Celasc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celasc. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênios e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Circulante	14.807	18.393
Não Circulante	6.649	8.969
Total	21.456	27.362

Desde a implantação do programa até 31 de março de 2025, ocorreram 1.274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$500,6 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	63	11.208
2024	34	883
Totais	1.274	500.619

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

A composição dos tributos a pagar por ente federativo está demonstrada nas notas seguintes.

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
IRRF S/ JCP	5.080	8.208	15.018	24.552
PIS e COFINS	6.578	10.480	58.054	54.756
Outros	28	48	3.191	3.853
Total a pagar	11.686	18.736	72.263	83.161
(-) Tributos a compensar	-	-	(480.727)	(505.499)

Notas Explicativas

Total	11.686	18.736	(404.464)	(422.338)
	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	-	82	68.202	2.818
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(62.898)	(71.041)	(160.457)	(110.766)
Total	(62.898)	(70.959)	(92.255)	(107.948)

26.2. Tributos Estaduais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
ICMS	-	-	224.853	180.497
Total a Recolher	-	-	224.853	180.497
(-) Tributos a Compensar	-	-	(55.874)	(58.404)
Total	-	-	168.979	122.093

26.3. Tributos Municipais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
ISS	107	116	2.026	2.484
IPTU	8	-	54	7
Total a Recolher	115	116	2.080	2.491
(-) Tributos a Compensar	-	-	(743)	(738)
Total	115	116	1.337	1.753

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2024	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2025
Programa Eficiência Energética – PEE	63.968	13.371	1.725	(7.431)	71.633
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	27.086	13.692	572	(12.956)	28.394
Taxa de Fiscalização ANEEL	933	2.799	-	(2.799)	933
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	9.497	606.505	-	(606.505)	9.497
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	455	-	-	(455)	-
Total	101.939	636.367	2.297	(630.146)	110.457
Circulante	23.278	-	-	-	27.718
Não Circulante	78.661	-	-	-	82.739

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes

Notas Explicativas

depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

							Controladora
Descrição	31.12.2024	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira		31.03.2025
Tributária	20.397	593	(21.180)	-	353		163
Trabalhistas	1.576	-	-	-	31		1.607
Cíveis	701	-	(7)	(2)	13		705
Regulatórias	7.270	-	-	-	59		7.329
Total	29.944	593	(21.187)	(2)	456		9.804

								Consolidada
Descrição	31.12.2024	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira		31.03.2025
Tributária	48.935	39	593	(21.180)	(1.355)	878		27.910
Trabalhistas	69.732	3.322	928	(938)	(850)	959		73.153
Cíveis	201.228	15.091	2.609	(25.644)	(6.094)	2.916		190.106
Regulatórias	64.129	-	-	-	-	730		64.859
Ambientais	72.473	1	49	(68.738)	(63)	73		3.795
Total	456.497	18.453	4.179	(116.500)	(8.362)	5.556		359.823

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor da contingência atualizada é de R\$20,6 milhões. A PGFN requereu o levantamento do valor depositado. Em 17 de março de 2025, houve a conversão em renda deste depósito para a União, ocasionando a baixa da provisão no valor de R\$20,6 milhões e do depósito no valor de R\$21,2 milhões, sendo que o processo seguirá para baixa definitiva.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$25,2 milhões. Além disso, há processos de incorporação da gratificação de função no valor de R\$8,0 milhões e horas extras no valor de R\$9,3 milhões.

Em março de 2025, houve o provisionamento de R\$ 2,8 milhões no processo nº 0000412-37.2023.5.12.0010 referente acidente com morte de empregado terceirizado.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$10,1 milhões, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$5,9 milhões, reclassificação tarifária de R\$4,2 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$21,0 milhões, processos referente a falta do fornecimento de energia durante o apagão ocorrido em 2003 no valor de R\$17,5 milhões, honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,4 milhões, cobrança indevida no valor de R\$9,8 milhões, Portarias da antiga agência reguladora DNAEE

Notas Explicativas

em torno de R\$9,5 milhões, CDI-OVER em torno de R\$13,9 milhões e servidão administrativa de R\$12,2 milhões.

Do montante indicado acima sobre o tema cobrança indevida está incluso o valor de R\$9,2 milhões referente ao ressarcimento de valores cobrados a maior em faturamento de empresa.

Há provisionamento relevante existente no montante de R\$28,3 milhões em decorrência de ação movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Há ainda, uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. Em outubro de 2003, a Celesc D enfrentou uma interrupção no fornecimento de energia elétrica que afetou 135.432 consumidores por um período de 53 horas, devido a um incêndio em uma galeria sob uma ponte. Em decorrência desse evento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicou uma multa à Celesc D. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

O processo judicial ambiental mais relevante, estava relacionado ao episódio ocorrido em 19 de novembro de 2012, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc, em Florianópolis, lançando 11.640 litros de óleo ao solo. Esse óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais de drenagem no entorno da subestação. Informada do ocorrido a Celesc adotou as ações de remoção do óleo sobrenadante e resíduos sólidos. Preventivamente, houve o embargo de uma área de aproximadamente 730 hectares na baía da Tapera, localizada no sul da ilha em Florianópolis, afetando a atividade de maricultura na região. A Celesc D efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada, conforme levantamento oficial.

A Celesc D recebeu duas notificações, sendo uma da FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, órgão estadual e outra do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A Companhia pagou a multa do órgão estadual e recorreu da sentença do IBAMA. Em 2023, a Celesc D foi surpreendida pela reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$137,9 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

Em dezembro de 2024, houve reversão de R\$66,3 milhões, devido à adesão da Celesc D à Transação Extraordinária de dívidas ativas não tributárias prevista na Portaria Normativa AGU nº 150, de 03 de novembro de 2024, desta forma, restou provisionado o valor de R\$68,7 milhões. O valor foi totalmente quitado em 31 de janeiro de 2025, sendo efetuada a Reversão deste processo.

Notas Explicativas

28.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Tributária	36.033	55.852	45.758	65.481
Trabalhistas	5.189	5.177	19.128	19.506
Cíveis	2.715	2.683	72.328	104.822
Regulatórias	37.862	37.228	253.259	248.735
Ambientais	-	-	1.288	1.335
Saldo	81.799	100.940	391.761	439.879

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2024	31.12.2024
Saldo em 31.12.2024	100.940	439.879
Constituição	39	20.763
Atualização Financeira	2.014	7.626
Baixas	(21.194)	(76.507)
Saldo em 31.03.2025	81.799	391.761

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$38,7 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. Os embargos foram julgados improcedentes. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$21,2 milhões, depósito atualizado para março de 2025, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Ainda na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato relacionado com leitura, impressão e entrega simultânea de fatura. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,1 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$9,7 milhões de reais.

Além do processo tributário já relatado acima, a principal baixa, nos três primeiros meses de 2025 se refere ao Processo de reequilíbrio econômico financeiro de contratada, baixa da provisão no valor de R\$14,8 milhões e do depósito judicial no valor de R\$9,4 milhões.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Tributárias (i)	57.900	57.900	1.065.565	322.491
Trabalhistas (ii)	445	-	32.171	32.954
Cíveis (iii)	5.655	4.984	437.732	433.646
Regulatórias (iv)	-	-	360.570	278.192
Ambientais (v)	-	-	4.773	6.273
Total	64.000	62.884	1.900.811	1.073.556

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a realização de perícia contábil.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$91,08 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$75,29 milhões de danos morais/materiais, R\$3,7 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$63,1 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

Notas Explicativas**29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Descrição	31.03.2025	Consolidado
		31.12.2024
Planos Previdenciários	465.518	477.933
Plano Misto e Plano Transitório (a)	465.518	477.933
Planos Assistenciais	1.197.759	1.198.566
Plano CELOS Saúde (b)	1.142.245	1.143.185
Outros Benefícios (c)	55.514	55.381
Total	1.663.277	1.676.499
Circulante	150.925	167.661
Não Circulante	1.512.352	1.508.838

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$11,6 milhões e foi quitado em janeiro de 2025.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial**29.1.1. Obrigações Atuariais**

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo em 31.12.2023	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-
Juros s/ Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687
Benefícios Pagos no Exercício	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)
Saldo em 31.12.2024	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381

Notas Explicativas

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Passivo (Ativo) em 31.12.2023	511.925	284.275	1.336.745	-	62.877	2.195.822
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
Passivo (Ativo) em 31.12.2024	303.948	173.985	1.143.185	-	55.381	1.676.499

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio		
Saldo em 31.12.2023	2.077.203	442.352	42.450	14.057		2.576.062
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)		(492.866)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-		110.338
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	106.331	89.146	80.497	-		275.974
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313		240.223
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70		(146.544)
Saldo em 31.12.2024	2.021.307	486.924	39.829	15.127		2.563.187

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Plano Transitório	5.345	5.703
Plano Misto	9.312	11.302
Plano Médico	20.188	19.284
Outros Benefícios	1.718	1.464
Total	36.563	37.753
Despesa Pessoal	36.563	33.889
Despesa Financeira	-	3.864
Total	36.563	37.753

29.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial	HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos	Mortalidade Geral
Misto	7,33%	N.U.	3,08%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Transitório	7,66%	N.U.	N.U.	AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
Pecúlio	7,35%	N.U.	0,0%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Auxílio Deficiência	7,34%	N.U.	N.A.	N.A.
Auxílio Funeral	7,44%	N.U.	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Benefício Mínimo	7,60%	N.U.	0,0%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Saúde	7,44%	3,50%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

Notas Explicativas

29.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+1 ano	-1 ano
Misto	(95.469)	94.801	-	-	515	(470)	48.895	(50.438)
Transitório	(17.797)	18.865	-	-	-	-	17.238	(17.437)
Pecúlio	(68)	73	-	-	-	-	(69)	75
Auxílio Deficiência	(175)	190	-	-	-	-	82	(83)
Auxílio Funeral	(665)	725	-	-	-	-	(497)	507
Benefício Mínimo	(1.200)	1.280	-	-	-	-	1.034	(1.208)
Saúde	(66.477)	73.281	69.779	(63.796)	-	-	43.551	(43.127)

29.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2025

A estimativa da despesa para o exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2025
Plano Transitório	21.379
Plano Misto	37.251
Plano Pecúlio	152
Plano Médico	80.751
Outros	6.720
Total	146.253

29.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2024	477.933	1.143.185	55.381	1.676.499
Pagamento	(27.072)	(21.128)	(1.585)	(49.785)
Provisão	14.657	20.188	1.718	36.563
Saldo em 31.03.2025	465.518	1.142.245	55.514	1.663.277

29.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência de déficit acima dos limites definidos na legislação, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

29.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento

Notas Explicativas

do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável garantindo o direito de recuperar valores pagos a maior de PIS/COFINS, devido à inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D registrou os valores contabilmente como Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores) considerando a sistemática adotada pelo PIS/COFINS na tarifa de energia elétrica e que a devolução seria feita via mecanismos a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Celesc D adiantou R\$795 milhões em devoluções, de forma provisória. Já Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras, foram repassados R\$806,3 milhões aos consumidores, acarretando um impacto negativo de 8,32% na tarifa.

Contudo, divergências surgiram entre a metodologia de atualização usada pela ANEEL e a prevista pela legislação tributária, resultando numa diferença de R\$27,9 milhões. Sobre essa diferença, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

Atualmente o processo nº 48500.001747/2020, encontra-se em tramitação na Procuradoria Federal.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

A Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores (Passivo Não Circulante) para a conta Passivo Financeiro – CVA (Passivo Circulante). Sobre a diferença, no valor de R\$25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

Uma vez que a metodologia em relação a operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP nº 05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto ao regramento adotado pela reguladora para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela ANEEL quanto à provisoriedade do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023, ressaltando que o tema ainda se encontra em discussão,

Notas Explicativas

de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, podendo ocorrer ajustes futuros dos valores.

No ano de 2024 houve alteração na regra de repasse dos créditos de PIS COFINS para as Distribuidoras. Esta mudança afetou o caixa disponível para arcar com os valores estipulados no processo tarifário de 2023. Como resultado desta mudança a Celesc D repassou mais recursos para o consumidor do que deveria, em função da frustração da previsão de créditos. A ANEEL neste processo tarifário recompôs os valores no cálculo, utilizando os valores atualizados com os novos montantes a serem recebidos e repassados pela Celesc D, o cálculo resultou em um montante de R\$36,0 milhões de reais a ser recebido pela Celesc D nos próximos 12 meses.

A Celesc D considera o risco de perda da causa sobre a atualização como possível, não constituindo provisionamento dos valores discutidos.

31. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Cosip	-	-	52.608	34.837
Créditos a Compensar com Consumidor	-	-	36.067	102.850
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	17.897	21.774
Partes Relacionadas/Celos	91	-	12.124	24
Contrato Convênios	-	-	11.115	11.479
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	8.575	3.770
Bônus Itaipu	-	-	6.498	52.589
Diferença Subsidio CDE	-	-	1.138	1.991
Bônus Escassez Hídrica	-	-	833	1.149
Penalidade DIC/FIC	-	-	828	802
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	103	103	184	182
Obrigações com Empregados	-	-	175	42
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	133	124	133	124
Seguro a Pagar	-	-	-	783
Empregados à Disposição	747	891	-	-
Outros	-	1	1.922	1.712
Total Circulante	1.279	1.324	150.302	234.313

32. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

32.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na

Notas Explicativas

Assembleia Geral dos Acionistas.

32.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente ao primeiro trimestre de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
31.03.2025	DIV	ON	0,000000000		
		PN	0,000000000	-	
	JCP	ON	1,470975995		
		PN	1,618073594	60.128	60.128
		IR		(5.080)	
		JCP líquido de IR		55.048	

*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao primeiro trimestre de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

					Consolidado
Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
31.03.2024	DIV	ON	0,000000000	-	
		PN	0,000000000		
	JCP	ON	1,079487754	44.125	44.125
		PN	1,187436530		
		IR		(3.711)	
		JCP líquido de IR		40.414	

*Expresso em R\$.

32.3.1. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de março de 2025 e de 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 31 de março de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	95.984	88.131
Ações Preferenciais Nominativas – PN	156.699	143.880
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	252.683	232.011
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	6,1817	5,6760
Ações Preferenciais Nominativas – PN	6,7999	6,2436

32.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Notas Explicativas

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhão, em 31 de março de 2025, e R\$1,16 bilhão, em 31 de dezembro de 2024, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Custo Atribuído – Celesc G (a)	12.200	12.339
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.035.053)	(1.035.053)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.160.114)	(1.159.975)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

33. RECEITAS E DESPESAS

33.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

33.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, no primeiro trimestre de 2025, foram de R\$148,4 milhões, como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$11,2 milhões, como Programa de Baixa Renda, R\$16,4 milhões, como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$18,9 milhões, como

Notas Explicativas

diferença de reembolso CDE. No primeiro trimestre 2024, esses montantes foram de R\$153,3 milhões, R\$10,4 milhões, R\$13,2 milhões e R\$9,3 milhões, respectivamente.

- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Consolidado		
Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	4.630.956	4.120.583
Fornecimento de Energia Elétrica	1.961.315	1.917.909
Fornecimento não faturado	55.259	(43.892)
Suprimento de Energia Elétrica	55.574	118.174
Suprimento não faturado	(1.923)	(491)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.100.975	1.843.651
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13.832	8.594
Receita Financeira	26.048	21.944
Renda de Prestação de Serviços	4	233
Energia Elétrica de Curto Prazo	137.601	7.270
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	(151.489)	(148.854)
Outras Receitas Operacionais	500	2.687
Doações e Subvenções (i)	194.847	186.192
Receita de Construção	238.349	207.166
Arrendamentos e Aluguéis UFV	64	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.653.425)	(1.520.068)
ICMS	(674.037)	(601.384)
PIS	(61.064)	(54.491)
COFINS	(281.265)	(250.987)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(606.505)	(586.175)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.692)	(12.036)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.371)	(11.757)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(2.799)	(2.580)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(692)	(658)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.977.531	2.600.515

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), no primeiro trimestre de 2023, foi de R\$141,3 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$8,4 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$11,8 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$1,7 milhões.

33.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Consolidado						
Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Residencial	2.782.456	2.700.305	2.502.491	2.274.655	1.098.963	961.349
Industrial	144.221	139.275	2.931.157	2.779.761	206.541	227.513
Comercial	337.140	320.923	1.534.064	1.459.248	487.082	445.177
Rural	211.352	221.778	306.624	292.337	108.551	114.467
Poder Público	28.406	27.292	143.164	139.192	59.678	58.165
Iluminação Pública	1.615	1.317	149.486	147.209	22.878	33.998
Serviço Público	4.591	4.398	126.348	116.783	32.881	33.348
Total do Fornecimento	3.509.781	3.415.288	7.693.334	7.209.185	2.016.574	1.874.017
Suprimento de Energia	173	145	711.560	794.063	53.651	117.683
Total	3.509.954	3.415.433	8.404.894	8.003.248	2.070.225	1.991.700

Notas Explicativas

33.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

							Consolidado
							31.03.2025
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Total	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.399.598	-	-	-	-	1.399.598	
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	483.947	-	-	-	-	483.947	
Pessoal (c)	107.097	79.302	7.327	-	481	194.207	
Administradores	-	2.731	-	-	-	2.731	
Despesa Atuarial	-	36.563	-	-	-	36.563	
Entidade de Previdência Privada (c)	4.938	3.572	272	-	-	8.782	
Material	7.979	1.933	-	-	5.732	15.644	
Custo de Construção	238.349	-	-	-	-	238.349	
Custos e Serviços de Terceiros	36.373	26.802	15.662	-	174	79.011	
Depreciação e Amortização	76.488	14.193	25	-	493	91.199	
Provisões Líquidas	-	-	-	69.255	(6.932)	62.323	
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	20	20	
Arrendamento e Aluguéis	388	2.192	208	-	(304)	2.484	
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(75.213)	(75.213)	
Taxa Arrecadação de Convênio	-	-	-	-	(11.284)	(11.284)	
Outras (Receitas)/Despesas	1.442	(3.551)	5.150	-	4.090	7.131	
Total	2.356.599	163.737	28.644	69.255	(82.743)	2.535.492	

							Consolidado
							31.03.2024
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Total	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.085.436	-	-	-	-	1.085.436	
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	547.821	-	-	-	-	547.821	
Pessoal (c)	93.517	69.499	6.434	-	381	169.831	
Administradores	-	2.469	-	-	-	2.469	
Despesa Atuarial	-	33.889	-	-	-	33.889	
Entidade de Previdência Privada (c)	4.581	3.084	255	-	-	7.920	
Material	10.591	2.252	-	-	3.129	15.972	
Custo de Construção	207.166	-	-	-	-	207.166	
Custos e Serviços de Terceiros	44.224	30.188	15.987	-	342	90.741	
Depreciação e Amortização	75.104	8.322	25	-	328	83.779	
Provisões Líquidas	-	-	-	28.432	32.729	61.161	
Arrendamento e Aluguéis	360	1.369	209	-	(100)	1.838	
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(71.832)	(71.832)	
Outras (Receitas)/Despesas	6.662	(1.208)	6.618	-	(6.360)	5.712	
Total	2.075.462	149.864	29.528	28.432	(41.383)	2.241.903	

Notas Explicativas**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	752.554	733.507
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	63.826	3.209
Itaipu Binacional	180.932	163.028
Contratos Bilaterais	272.610	47.454
Cotas de Energia Nuclear	48.412	55.752
Cotas de Garantia Física	132.903	119.658
Proinfa	86.747	69.304
PIS/COFINS	(138.386)	(106.476)
Total	1.399.598	1.085.436

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Encargo de Uso do Sistema	411.098	462.591
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	7.445	12.352
Encargos de Transporte de Itaipu	24.395	34.961
Encargo de Energia de Reserva – EER	90.337	93.756
PIS/COFINS	(49.328)	(55.839)
Total	483.947	547.821

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Pessoal	2.574	2.415	194.207	169.831
Remunerações	2.418	2.281	93.304	79.744
Encargos Sociais	73	66	36.975	36.566
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	10.249	10.813
Benefícios Assistenciais	-	-	31.808	26.643
Provisões e Indenizações	30	38	21.796	16.025
Outros	53	30	75	40
Previdência Privada – CELOS	6	4	8.782	7.920
Total	2.580	2.419	202.989	177.751

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

Notas Explicativas**33.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Receitas Financeiras	(309)	(623)	172.822	86.306
Renda de Aplicações Financeiras	2.942	1.455	24.027	19.515
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	38.806	29.151
Variações Monetárias	-	-	624	4.246
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	16.600	20.533
Receita de Derivativos	-	-	16.841	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	2.014	1.731	7.626	6.972
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	64.742	-
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	9.964	11.798
Outras Receitas Financeiras	1.302	982	4.622	3.120
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(6.337)	(4.650)	(6.337)	(4.650)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(230)	(141)	(4.693)	(4.379)
Despesas Financeiras	(502)	(995)	(254.087)	(135.846)
Encargos de Dívidas	-	-	(62.407)	(50.961)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	-	(3.864)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(2.894)	(2.407)
Variações Monetárias	-	-	(79.632)	(36.608)
Atualização Monetárias para Litígios	(456)	(941)	(5.556)	(6.007)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(2.297)	(2.027)
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	(58.847)	-
Despesa com Derivativos	-	-	(10.945)	-
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(19.429)	(22.635)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	(9.011)	(8.174)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(2.588)	(1.781)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(4)	(8)	(177)	(314)
Outras Despesas Financeiras	(42)	(46)	(304)	(1.068)
Resultado Financeiro	(811)	(1.618)	(81.265)	(49.540)

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 31 de março de 2025, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A Controladora Celesc, tem a estrutura de Holding tem como atribuição a de controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Notas Explicativas

	Segmentos Reportáveis			31.03.2025	
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	2.923.599	56.835	-	(2.903)	2.977.531
Custo das Vendas	(2.268.384)	(14.630)	-	2.903 (i)	(2.280.111)
Depreciação e Amortização	(75.270)	(1.218)	-	-	(76.488)
Resultado Operacional Bruto	579.945	40.987	-	-	620.932
Despesas com Vendas	(97.859)	(40)	-	-	(97.899)
Despesas Gerais e Administrativas	(150.517)	(6.010)	(7.210)	-	(163.737)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	79.428	(146)	3.461	-	82.743
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	3.052	257.243	(243.324) (ii)	16.971
Resultado das Atividades	410.997	37.843	253.494	(243.324)	459.010
Receitas Financeiras	170.027	3.104	(309)	-	172.822
Despesas Financeiras	(252.329)	(1.256)	(502)	-	(254.087)
Resultado Financeiro, Líquido	(82.302)	1.848	(811)	-	(81.265)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	328.695	39.691	252.683	(243.324)	377.745
IRPJ e CSLL	(112.613)	(12.449)	-	-	(125.062)
Lucro Líquido do Período	216.082	27.242	252.683	(243.324)	252.683
Total dos Ativos	12.079.855	1.072.849	4.157.654		
Total dos Passivos	9.593.609	214.698	293.820		

	Segmentos Reportáveis			31.03.2024	
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	2.556.517	46.304	-	(2.306)	2.600.515
Custo das Vendas	(1.992.121)	(10.543)	-	2.306 (i)	(2.000.358)
Depreciação e Amortização	(74.378)	(726)	-	-	(75.104)
Resultado Operacional Bruto	490.018	35.035	-	-	525.053
Despesas com Vendas	(57.835)	(125)	-	-	(57.960)
Despesas Gerais e Administrativas	(138.079)	(4.898)	(6.887)	-	(149.864)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	43.323	(223)	(1.717)	-	41.383
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	3.562	241.245	(229.734) (ii)	15.073
Resultado das Atividades	337.427	33.351	232.641	(229.734)	373.685
Receitas Financeiras	84.524	2.405	(623)	-	86.306
Despesas Financeiras	(133.612)	(1.239)	(995)	-	(135.846)
Resultado Financeiro, Líquido	(49.088)	1.166	(1.618)	-	(49.540)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	288.339	34.517	231.023	(229.734)	324.145
IRPJ e CSLL	(82.603)	(10.519)	988	-	(92.134)
Lucro Líquido do Período	205.736	23.998	232.011	(229.734)	232.011
Total dos Ativos	4.785.435	1.024.070	3.416.488		
Total dos Passivos	157.113	219.286	296.035		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

35. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, mas já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	31.03.2025					
Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2029+
Compra de energia	3.227.423	3.239.088	3.225.745	3.222.431	3.212.560	3.166.412
Encargos de conexão e transporte de energia	1.346.910	1.843.362	1.906.109	1.970.725	2.039.967	30.796.293
Total	4.574.333	5.082.450	5.131.854	5.193.156	5.252.527	33.962.705

	Consolidado					
	31.12.2024					
Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.305.114	4.300.219	4.291.463	4.288.145	4.278.270	4.182.402
Encargos de conexão e transporte de energia	1.864.062	1.929.914	1.995.670	2.063.322	2.135.816	32.329.886
Total	6.169.176	6.230.133	6.287.133	6.351.467	6.414.086	36.512.288

Notas Explicativas

35.1. Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, foi assinado um contrato de financiamento, mediante abertura de crédito, entre a Celesc Geração S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

O quadro, abaixo, apresenta os termos do financiamento, destacando a taxa e o prazo para cada um dos subcréditos, sendo que, ao longo de 2024 e no 1º trimestre de 2025, não houve nenhuma liberação de recursos. Vale destacar que a previsão para liberação desses recursos, embora ainda não ajustada nos termos do financiamento, está marcada para junho de 2025.

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor (R\$/mil)	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110
Taxa (a.a.)	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA + 7,09%	IPCA + 7,08%
Prazo Total	129 meses	129 meses	129 meses	202 meses	202 meses
Prazo para Utilização dos Recursos	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025
Carência para amortização e juros	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025
Prazo para Amortização	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2040	Até 15/12/2040

36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

36.1. Celesc D

36.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.03.2025	31.12.2024
Circulante	3.821.189	3.527.841
Caixa e Equivalentes de Caixa	539.767	816.882
Contas a Receber de Clientes	2.716.078	2.222.207
IRPJ e CSLL a Recuperar	94.758	36.723
Demais Tributos a Recuperar	189.361	194.251
Outros	281.225	257.778
Não Circulante	8.001.520	7.921.476
Realizável a Longo Prazo	3.205.122	3.100.223
Contas a Receber de Clientes	6.235	4.491
Tributos Diferidos	603.316	659.034
Tributos a Recuperar	345.387	367.663
Depósitos Judiciais	309.450	338.469
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.031.427	946.294
Ativo de Contrato	856.915	771.357
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.046	-
Outros	13.346	12.915
Imobilizado	10.430	5.106
Intangível	4.785.968	4.816.147
Total do Ativo	11.822.709	11.449.317

Notas Explicativas

36.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.03.2025	31.12.2024
Circulante	3.251.994	2.965.847
Fornecedores	1.006.913	987.140
Empréstimos Moeda Nacional	167.119	114.891
Empréstimos Moeda Estrangeira	141.428	98.962
Debêntures	197.132	195.965
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	215.420	215.620
IRPJ e CSLL a Recolher	58.740	1.821
Demais Tributos a Recolher	298.819	245.890
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	231.620	175.302
Taxas Regulamentares	26.890	22.020
Passivo de Arrendamento	7.326	1.932
Benefícios a Empregados	150.925	167.661
Passivos Financeiro Setorial	425.374	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	81.897	46.811
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.727	70.230
Outros	149.664	233.003
Não Circulante	6.084.469	6.147.049
Empréstimos Moeda Nacional	486.945	555.694
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.209.838	1.209.838
Debêntures	1.976.468	1.990.254
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	6.649	8.969
Taxas Regulamentares	82.621	78.569
Tributos a Recolher	15.123	17.096
Passivo de Arrendamento	3.768	3.838
Benefícios a Empregados	1.512.352	1.508.838
Provisão para Contingências	350.016	426.521
Passivo Financeiro Setorial	141.196	21.400
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	299.493	326.032
Patrimônio Líquido	2.486.246	2.336.421
Capital Social	2.000.000	2.000.000
Reservas de Lucro	1.371.474	1.371.474
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.053)	(1.035.053)
Lucros Acumulados	149.825	-
Total do Passivo	11.822.709	11.449.317

36.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	2.923.599	2.556.517
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	2.923.599	2.556.517
Custos de Vendas	(2.343.654)	(2.066.499)
Custo de Operação	(2.343.654)	(2.066.499)
Lucro Bruto	579.945	490.018
Despesas Operacionais	(168.948)	(152.591)
Despesas com Vendas	(28.604)	(29.403)
..Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(69.255)	(28.432)
Despesas Gerais e Administrativas	(150.517)	(138.079)
Outras Receitas	94.386	109.486
Outras Despesas	(14.958)	(66.163)
Resultado antes do Resultado Financeiro	410.997	337.427
Resultado Financeiro	(82.302)	(49.088)
Receitas Financeiras	170.027	84.524
Despesas Financeiras	(252.329)	(133.612)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	328.695	288.339
IRPJ e CSLL	(112.613)	(82.603)
Corrente	(56.895)	(64.549)
Diferido	(55.718)	(18.054)
Lucro Líquido do Período	216.082	205.736

Notas Explicativas**36.1.4. Receita Operacional**

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	4.571.047	4.071.372
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.952.336	1.911.607
Fornecimento Não Faturado (a)	55.459	(43.747)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	29.733	96.668
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	(151.489)	(148.854)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.102.359	1.844.610
Energia de Curto Prazo	135.122	6.216
Renda de Prestação de Serviços	-	233
Doações e Subvenções	194.847	186.192
Receita de Construção	238.348	207.166
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13.832	8.594
Outras Receitas Operacionais	500	2.687
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.647.448)	(1.514.855)
ICMS	(674.037)	(601.384)
PIS	(60.202)	(53.750)
COFINS	(277.292)	(247.576)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(606.505)	(586.175)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.371)	(11.757)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.371)	(11.757)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(2.670)	(2.456)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.923.599	2.556.517

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Residencial	2.782.456	2.700.305	2.502.491	2.274.655	1.098.963	961.349
Industrial	144.199	139.260	2.897.918	2.754.390	201.241	222.449
Comercial	337.135	320.922	1.518.197	1.453.674	483.603	444.084
Rural	211.352	221.778	306.624	292.337	108.551	114.467
Poder Público	28.406	27.292	143.164	139.192	59.678	58.165
Iluminação Pública	1.615	1.317	149.486	147.209	22.878	33.998
Serviço Público	4.591	4.398	126.348	116.783	32.881	33.348
Total do Fornecimento	3.509.754	3.415.272	7.644.228	7.178.240	2.007.795	1.867.860
Suprimento de Energia	84	66	550.712	623.151	29.733	96.668
Total	3.509.838	3.415.338	8.194.940	7.801.391	2.037.528	1.964.528

36.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31.03.2025					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.875.119	-	-	-	-	1.875.119
Pessoal	106.306	72.123	7.327	-	481	186.237
Despesa Atuarial	-	36.563	-	-	-	36.563
Entidade Previdência Privada	4.938	3.566	272	-	-	8.776
Material	7.875	1.912	-	-	5.562	15.349
Custo de Construção	238.349	-	-	-	-	238.349
Custos e Serviços de Terceiros	34.382	24.794	15.622	-	174	74.972
Depreciação e Amortização	75.270	13.986	25	-	-	89.281
Provisões Líquidas	-	-	-	69.255	13.692	82.947
Taxas Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(11.777)	(11.777)
Outros	1.415	(2.427)	5.358	-	(87.560)	(83.214)
Total	2.343.654	150.517	28.604	69.255	(79.428)	2.512.602

Notas Explicativas

31.03.2024

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.627.730	-	-	-	-	1.627.730
Pessoal	92.782	63.452	6.434	-	381	163.049
Despesa Atuarial	-	33.889	-	-	-	33.889
Entidade Previdência Privada	4.581	3.080	255	-	-	7.916
Material	10.551	2.218	-	-	2.909	15.678
Custo de Construção	207.166	-	-	-	-	207.166
Custos e Serviços de Terceiros	42.693	28.175	15.885	-	342	87.095
Depreciação e Amortização	74.378	8.152	25	-	-	82.555
Provisões Líquidas	-	-	-	28.432	32.122	60.554
Outros	6.618	(887)	6.804	-	(79.077)	(66.542)
Total	2.066.499	138.079	29.403	28.432	(43.323)	2.219.090

36.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro trimestre de 2025 o CDI acumulado foi de 2,94%, sendo que no mesmo período de 2024 foi 2,62%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Marcação a Mercado (MTM): É o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: Ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: Quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receitas Financeiras	170.027	84.524
Renda de Aplicações Financeiras	17.877	15.673
Variações Monetárias	624	4.246
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	16.600	20.533
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	38.802	29.147
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	9.964	11.798
Juros Depósitos Judiciais	5.604	5.232
Receita com Derivativos	16.841	-
Marcação a Mercado (MTM)	64.742	-
Outras Receitas Financeiras	3.285	2.016
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(4.312)	(4.121)
Despesas Financeiras	(252.329)	(133.612)
Encargos de Dívidas	(62.407)	(50.961)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	-	(3.864)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(2.894)	(2.407)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(2.277)	(1.973)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.390)	(602)
Variações Monetária Debêntures	(79.622)	(36.249)
Outras Variações Monetárias	(10)	(359)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(19.429)	(22.635)
Juros de Arrendamentos	(173)	(306)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(9.011)	(8.174)
Atualização Monetária Litígios	(5.100)	(5.066)
Despesas com Derivativos	(10.945)	-
Marcação a Mercado (MTM)	(58.847)	-
Outras Despesas Financeiras	(224)	(1.016)
Resultado Financeiro	(82.302)	(49.088)

36.2. Celesc G**36.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.03.2025	31.12.2024
Circulante	269.750	193.745
Caixa e Equivalentes de Caixa	116.692	105.722
Contas a Receber de Clientes	19.143	16.522
IRPJ e CSLL a Recuperar	2.801	3.002
Demais Tributos a Recuperar	1.681	1.681
Despesas Antecipadas	652	1.043
Dividendos e JCP a Receber	4.583	3.222
Ativo Mantido para Venda	60.333	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	44.361	43.449
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	19.439	19.039
Outros	65	65
Não Circulante	803.099	847.572
Realizável à Longo Prazo	491.315	483.086
Depósitos Judiciais	512	470
Demais Tributos a Recuperar	915	1.046
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	335.120	329.418
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	152.347	149.731
Investimentos	58.055	116.697
Imobilizado	211.467	205.091
Intangível	42.262	42.698
Total do Ativo	1.072.849	1.041.317

Notas Explicativas**36.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

Passivo	31.03.2025	31.12.2024
Circulante	70.551	70.707
Fornecedores	4.631	4.624
Debêntures	6.814	6.286
IRPJ e CSLL a Recolher	9.462	915
Demais Tributos a Recolher	1.723	9.837
Taxas Regulamentares	828	1.258
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	45.072	45.072
Outros	2.021	2.715
Não Circulante	144.147	139.701
Debêntures	31.787	31.117
Tributos Diferidos	112.239	108.460
Taxas Regulamentares	118	92
Provisões para Contingências	3	32
Patrimônio Líquido	858.151	830.909
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	368.570	368.570
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.200	12.339
Lucros Acumulados	27.381	-
Total do Passivo	1.072.849	1.041.317

34.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	56.835	46.304
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	56.835	46.304
Custos de Vendas	(15.848)	(11.269)
Custo de Operação	(15.848)	(11.269)
Lucro Bruto	40.987	35.035
Despesas Operacionais	(3.144)	(1.684)
Com Vendas	(40)	(125)
Gerais e Administrativa	(6.010)	(4.898)
Outras Receitas	32	-
Outras Despesas	(178)	(223)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	3.052	3.562
Resultado antes do Resultado Financeiro	37.843	33.351
Resultado Financeiro	1.848	1.166
Receitas Financeiras	3.104	2.405
Despesas Financeiras	(1.256)	(1.239)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	39.691	34.517
IRPJ e CSLL	(12.449)	(10.519)
Corrente	(8.671)	(7.802)
Diferido	(3.778)	(2.717)
Lucro Líquido do Período	27.242	23.998

36.2.4. Receita Operacional

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	62.811	51.517
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	5.525	5.225
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(200)	(145)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	3.479	1.093
Suprimento de Energia Elétrica	27.335	22.837
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(1.923)	(491)
Energia Elétrica de Curto Prazo	2.479	1.054
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	10.730	10.342
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	7.308	4.870
Receita Financeira Juros Usina Pery	4.697	4.526
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	3.313	2.206
Renda de Prestação de Serviços	4	-
Arrendamentos e Aluguéis UFV	64	-
Deduções da Receita Operacional	(5.976)	(5.213)
PIS	(862)	(741)
COFINS	(3.972)	(3.411)
Taxa Fiscalização	(129)	(124)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(692)	(658)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(321)	(279)
Receita Operacional Líquida – ROL	56.835	46.304

Notas Explicativas**a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Industrial	22	15	33.239	25.371	5.325	5.080
Comercial, Serviços e Outros	5	1	15.867	5.574	3.479	1.093
Suprimento de Energia	89	79	160.848	170.912	25.412	22.346
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	10.540	4.147	2.479	1.054
Total	116	95	220.494	206.004	36.695	29.573

36.2.5. Custos e Despesas Operacionais

31.03.2025					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.846	-	-	-	5.846
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	1.012	-	-	-	1.012
Encargos de Uso da Rede Elétrica	959	-	-	-	959
Pessoal	735	3.632	-	-	4.367
Material	40	34	-	220	294
Custos e Serviços de Terceiros	1.547	1.013	102	-	2.662
Depreciação e Amortização	726	107	-	-	833
Seguros	393	-	-	-	393
Tributos	11	34	23	-	68
Aluguéis	-	59	-	-	59
Outros	-	19	-	3	22
Total	11.269	4.898	125	223	16.515

31.03.2024						
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.846	-	-	-	-	5.846
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	1.012	-	-	-	-	1.012
Encargos de Uso da Rede Elétrica	959	-	-	-	-	959
Pessoal	735	3.632	-	-	-	4.367
Material	40	34	-	-	220	294
Custos e Serviços de Terceiros	1.547	1.013	102	-	-	2.662
Depreciação e Amortização	726	107	-	-	-	833
Seguros	393	-	-	-	-	393
Tributos	11	34	23	-	-	68
Aluguéis	-	59	-	-	-	59
Outros	-	19	-	-	3	22
Total	11.269	4.898	125	-	223	16.515

34.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	31.03.2025	31.03.2024
Receitas Financeiras	3.104	2.405
Renda de Aplicação Financeira	3.208	2.387
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	4	4
Juros Depósitos Judiciais	8	9
Outras Receitas Financeiras	35	122
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(151)	(117)
Despesas Financeiras	(1.256)	(1.239)
Juros s/ as Debêntures	(1.165)	(1.147)
Custos na Emissão de Debêntures	(33)	(32)
Atualização do P&D	(20)	(54)
Outras Despesas Financeiras	(38)	(6)
Resultado Financeiro	1.848	1.166

Notas Explicativas**37. EVENTOS SUBSEQUENTES****37.1. Recebimento da Venda Conjunta de Participação Acionária da Celesc Geração S.A.**

Em 14 de fevereiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração a alienação da totalidade de 10% da participação acionária que a Celesc G detinha na EDP Transmissão Aliança SC S.A., mediante o exercício do direito de venda conjunta (*tag along*), previsto no Acordo de Acionistas celebrado entre os sócios Celesc G e EDP – Energias do Brasil.

Em 30 de abril de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes, foi realizado o fechamento da operação de venda e a efetiva transferência das ações representativas do capital social da EDP Transmissão Aliança SC S.A., anteriormente detidas pela Celesc G, para Edge Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida integralmente pelo Classe Única Multiestratégia – Responsabilidade Limitada do SKYLINE Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento gerido pela Actis.

Em 30 de abril de 2025, o ativo mantido para venda foi avaliado ao valor justo. O ganho líquido na alienação, antes dos tributos, está demonstrado a seguir:

Ativo mantido para venda	
Valor justo	68.506
Valor contábil (Custo Amortizado)	(60.333)
Ganho na alienação	8.173
Despesas relacionadas à alienação	(4.009)
Ganho Líquido na alienação antes dos tributos	4.164

Não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável ou, ainda, ganhos ou perdas acumulados relacionados ao grupo de ativos mantidos para venda registrados nos Outros Resultados Abrangentes (ORA).

a) Mensuração do valor justo

O valor justo do ativo mantido para venda foi determinado com base no preço estabelecido no Contrato de Compra e Venda firmado entre o comprador, Edge Empreendimentos e Participações S.A., e o acionista controlador da Companhia, EDP – Energias do Brasil S.A., ao qual a Celesc G aderiu por meio do exercício do direito de venda conjunta (*tag along*).

Tendo em vista que o preço foi pactuado entre partes independentes, em condições de mercado, e formalizado em um contrato vinculante, a mensuração do valor justo foi classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A técnica de avaliação utilizada na mensuração do valor justo do grupo de ativo mantido para venda foi o método do fluxo de caixa descontado.

37.2. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, deliberou e aprovou a tomada das contas dos administradores; as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025; elegeu os membros do Conselho Fiscal para o mandato de um ano, até AGOE de abril de 2026; e, fixou o montante global da remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal.

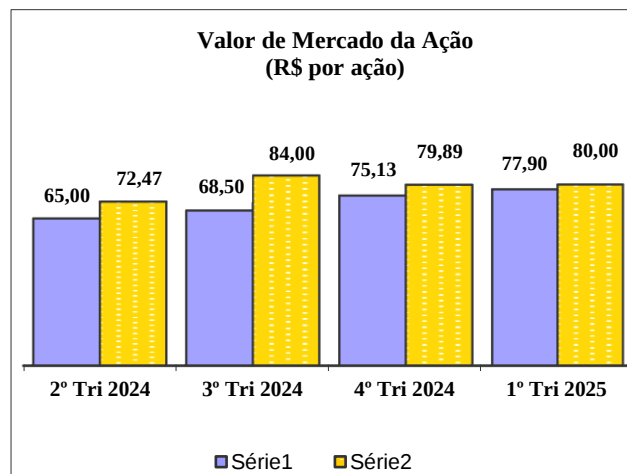
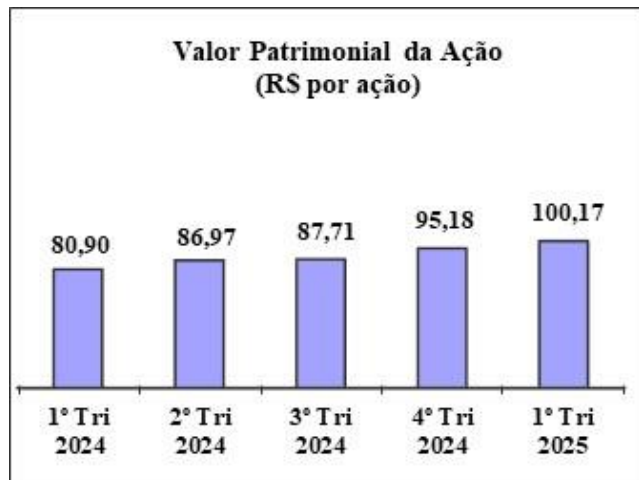
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

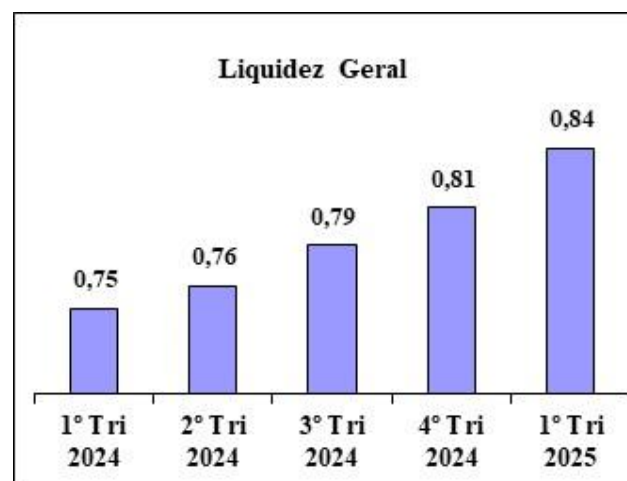
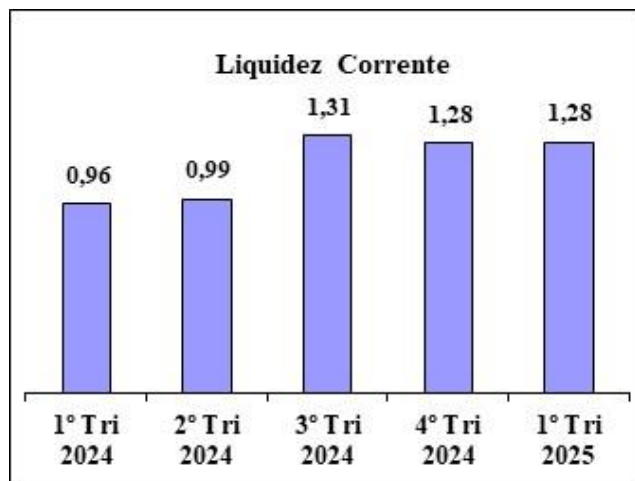
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

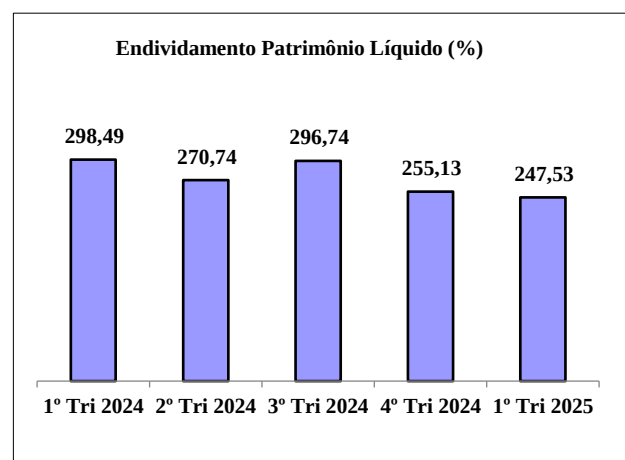
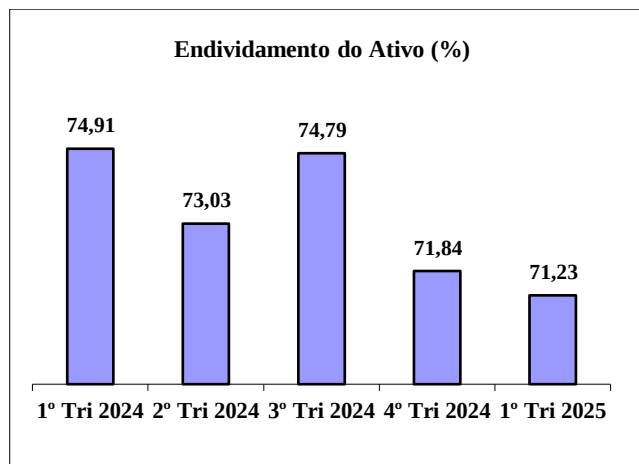
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

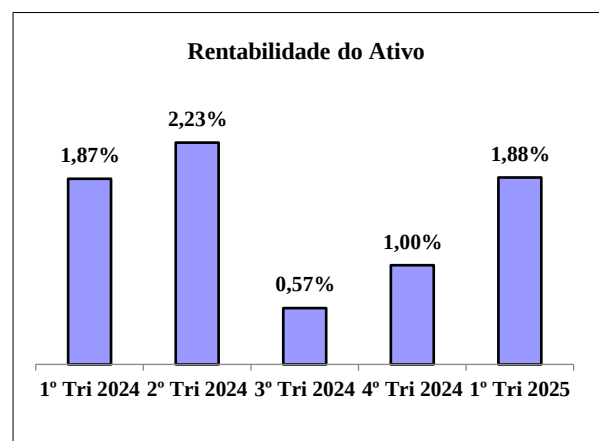
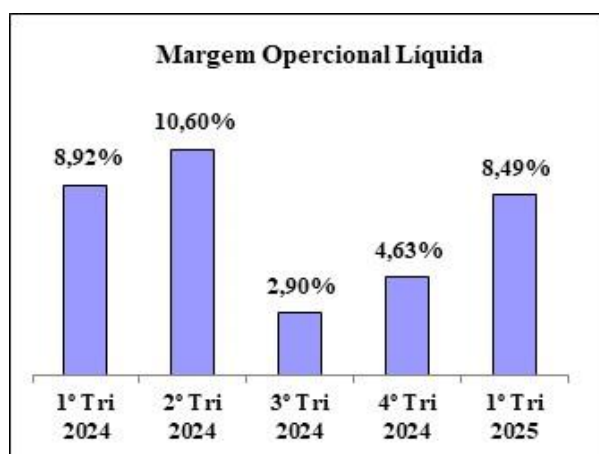
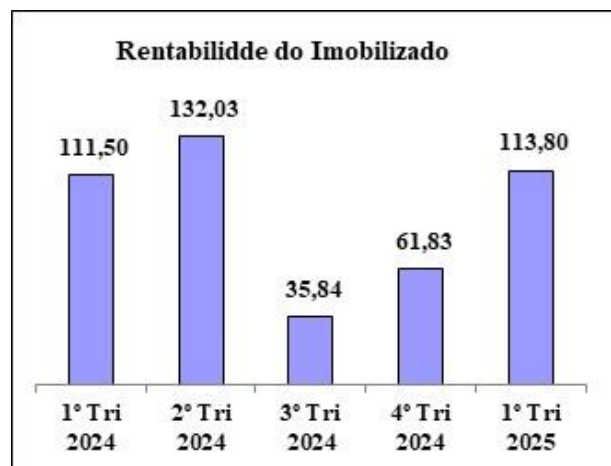
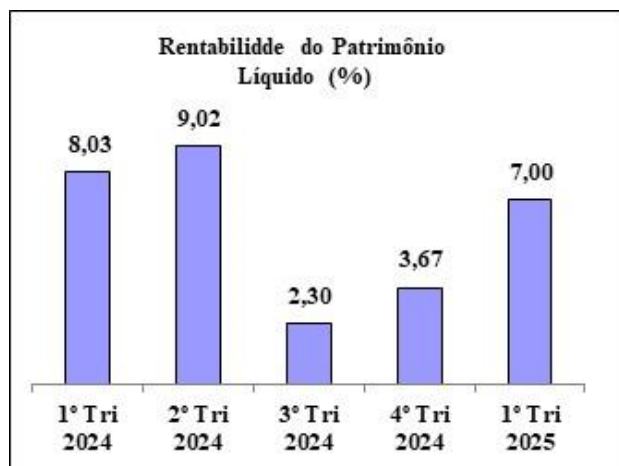


1.3. Endividamento

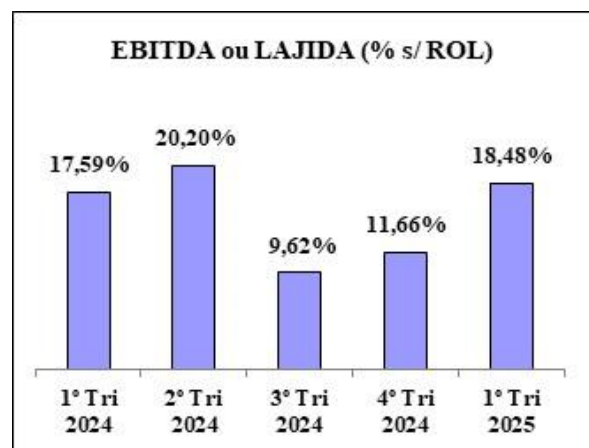
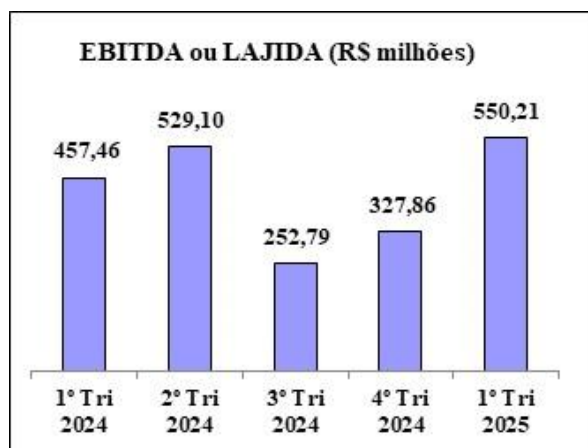


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

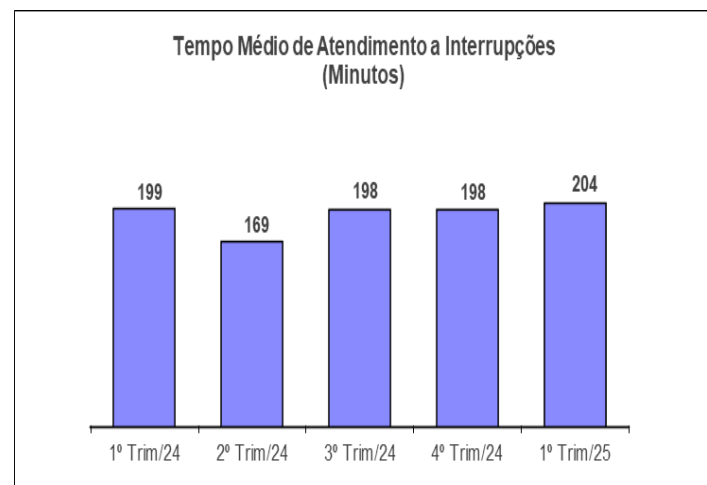
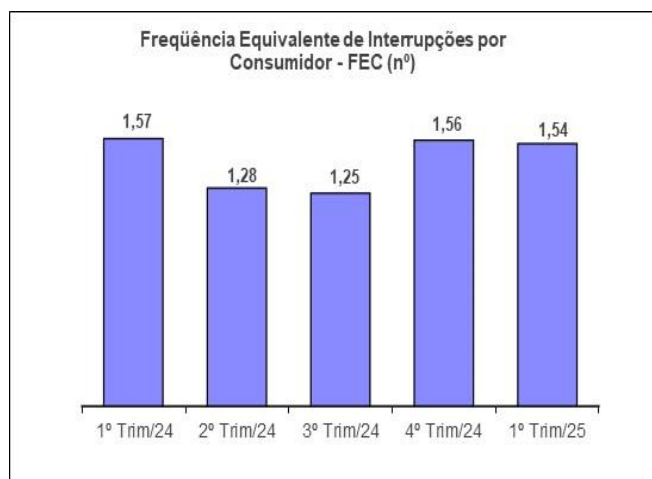
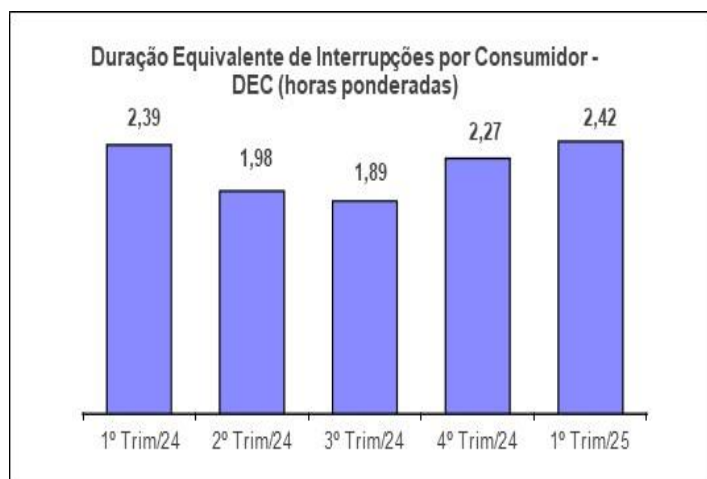
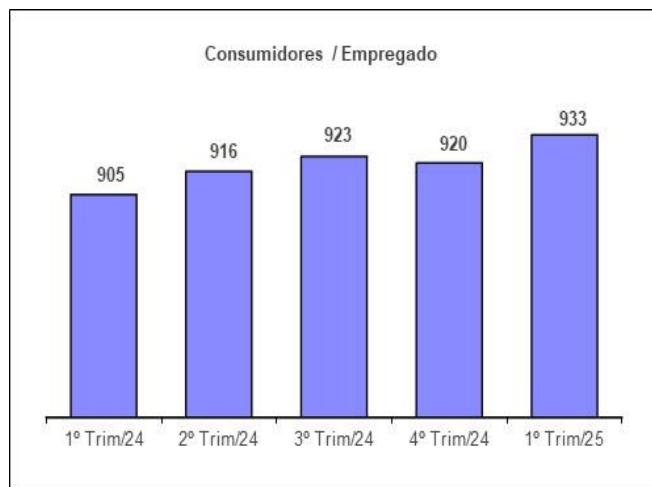
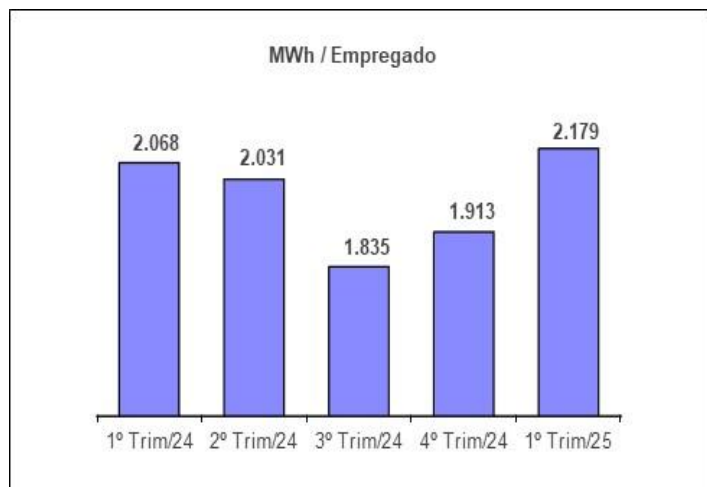


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Gestão Corporativa (em exercício)

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Gestão Corporativa (em exercício)

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0